

A Universidade como órgão do Estado(*)

PAULO DE FIGUEIREDO

Exerceu os seguintes cargos: no Senado Federal: Consultor-Geral, Secretário-Geral da Presidência, Diretor da Assessoria Legislativa, Assessor Legislativo. No Rio: Assessor Parlamentar da Presidência da República, Professor (Substituto) na Faculdade de Direito de Ciências Jurídicas, Membro do Conselho Técnico da Fundação Rádio Mauá. Em Goiás: Professor na Faculdade de Direito, Advogado do Estado, Procurador Fiscal, Promotor Público, Presidente do Conselho Administrativo. Em Brasília: Assessor Técnico da Confederação Nacional da Indústria, Professor da Escola Normal N. S. de Fátima

I — *O homem e a sociedade. Ciência e política. A Universidade e a formação do homem. O papel das elites*

O homem, sabemos todos, é, também, um animal. Mas, um animal diferente. Ele não vive por viver, *limitando-se* a usufruir os frutos da natureza, *durando*, apenas, integrado no meio, confundido com ele, dependendo dele. Conquanto na natureza, ligado a ela, precisando dela, o homem modifica-a, corrige-a, melhora-a e dela se aproveita, fazendo-o em termos humanos, isto é, em favor do aproveitamento de seus elementos para o aperfeiçoamento seu e da sociedade.

É o homem quem, pela sua vontade e sua inteligência, ordena as coisas, dando-lhes sentido e destinação. O homem domina o meio, e não só o meio físico. É ele quem faz a sociedade à sua feição.

(*) Obra póstuma.

A sociedade maior é a nação. A sociedade em seu grau mais elevado de desenvolvimento. A sociedade perfeita. E como é o homem que a constrói, e como a história é a vida das nações em suas lutas e conquistas, é o homem quem escreve a história: "El animal — diz PAULINO GARAGORRI (1) — usufructúa la naturaleza con que se encuentra, pero el hombre la altera y reforma su próximo ambiente de tal suerte que ha logrado vivir en un mundo fabricado por sus manos. Pues lo propio del hombre es valerse de lo que ha sido ofrecido y regalado para transformarlo en algo nuevo y más consonante a sus deseos e imaginaciones. En rigor, vivimos, ciertamente, en un doble mundo: el entorno natural y el entorno humanizado que es producto de la propia labor."

O homem vive, assim, num espaço físico — natureza — e num espaço humano — a sociedade — situada esta num espaço físico, mas interligada, em termos culturais, com todas as outras sociedades diferentemente localizadas. E o homem submete, controla e dirige esses dois meios — o físico e o social — informando-os pelos seus conhecimentos, pelas suas idéias e pela sua vontade.

Através dos séculos, esse domínio do homem se vem tornando cada vez maior e mais completo. Pelas tecnologias, dia a dia mais perfeitas, dado o progresso científico, e pela ação política — mediante a qual organiza e modela as sociedades nacionais — o homem penetra e conquista cada vez mais os mistérios da natureza e sonha com uma sociedade cada vez mais humanizada — isto é, em que o homem encontre resposta aos seus mais profundos anseios de indivíduo e de pessoa.

O homem não age por agir. Não domina por dominar. Não faz por fazer. Não trabalha por trabalhar. O homem se movimenta, sempre, em qualquer setor de atividade, tanto no plano espiritual quanto no intelectual, no social, no político ou no econômico, em função de princípios e de fins. Age segundo uma razão e em obediência a um fim. Assim, quando domina a natureza ou quando organiza a sociedade, ele tem um alvo a alcançar. Como indivíduo, apenas, ele se completa dentro da natureza; mas, como pessoa, ele se constrói e se realiza na família, na profissão, na comunidade, na nação, na humanidade. E tanto melhor ele agirá, tantos mais êxitos obterá, tão mais perfeita será a sociedade que construir, quanto mais completo for ele próprio. E é aqui que se faz valer a educação. Porque é a educação que faz o homem. Donde a importância fundamental da Universidade no mundo moderno. Nela é que se edificará o homem. Nela, pela integração das ciências e pela intercomplementação dos saberes, o homem terá condições de crescer e afirmar-se em suas reais dimensões humanas. Lá ele descobrirá seus caminhos: "... hacemos lo que hacemos en vista del porvenir, es decir, de un futuro. En el orden de la vida individual, ello es patente: la juventud se emplea en el aprendizaje de la profesión que define lo que llegaremos a ser; y la ancha zona central de la

(1) GARAGORRI, Paulino. *Libertad y Desigualdad*. Madrid Alianza Editorial S.A., 1977.

vida se emplea, cumpliendo proyectos de mayor o menor plazo, en ejecutar acciones que nos lleven, cada día, hacia mañana que con ellas firmamos. Esta preocupación por el futuro abarca principalmente el propio porvenir previsible: hasta cierto punto, esse futuro es el mío; lo anticipo pero creo que ya me pertenece y que llegará a poseerlo. Mi presente incluye en esta forma mi futuro, en algún sentido lo contiene y, por tanto, el hoy del hombre envuelve, igualmente, una evasión de los límites temporales, mediante una integración del porvenir, de una mañana relativamente limitado" (PAULINO GARAGORRI) (2).

Efetivamente, o homem vive, em cada minuto de seu presente, um minuto de seu futuro. Ele é o que *será*. Já é, hoje, o homem de amanhã. Ao se construir, ele constrói o porvir. E é a Universidade o cadinho onde se forjam os homens que conduzirão o Estado. Lá surgem as elites. Através das diferentes profissões os homens passam a exercer, na sociedade, cada qual, um trabalho específico, setorial, e todos, em conjunto, na comunhão de seus conhecimentos e numa atividade comum e solidária, realizam o trabalho de construção da sociedade nacional.

Pela Universidade, o homem se projeta na sociedade como um valor positivo. Como uma força que, unida às demais, opera no sentido do bem comum, de que todos participam e por que todos são responsáveis. Cada homem tem uma tarefa determinada nesse trabalho coletivo. E é a Universidade a oficina que forma e qualifica esse trabalhador, credenciando-o para um posicionamento responsável, dentro da sociedade e dentro do Estado.

A Universidade, pela universalização dos conhecimentos e conjugação dos saberes, forma o homem como indivíduo e como pessoa. Faz o homem para ele próprio, para a família, para a pátria e para a humanidade. Porque é ela que educa o homem. E educar o homem é desenvolvê-lo em todas as suas virtualidades, capacitando-o para bem desempenhar, na sociedade, um papel definido e responsável.

Quando, portanto, discutimos as diretrizes de um Governo, não podemos esquecer que estamos discutindo normas, princípios e objetivos propostos a uma coletividade e que essas normas, esses princípios e esses objetivos deverão ser definidos e buscados por toda a sociedade, sim, mas tendo na vanguarda as elites, pois só elas estarão aptas para tentar a transformação, em instituições sociais, dos ideais comuns.

Esses ideais, só as elites, surgidas das Universidades, têm condições de transformar em vivências sociais, porque elas, naturalmente, é que estarão no comando do Estado: "... os que têm acesso à Universidade – proclama o Ministro Marco Maciel (3) – fazem parte, necessariamente,

(2) GARAGORRI, Paulino. Ob. cit.

(3) MACIEL, Marco. "Movimento estudantil e reforma universitária". in *Folha de São Paulo*, edição de 4-9-1985.

daquela parcela da sociedade destinada quase sempre ao exercício do poder, compondo o que os cientistas políticos denominam de *elite política*. Exatamente por isso, as tarefas dessa elite adquirem dupla realidade social: a discussão e a reflexão crítica dos nossos problemas e desafios e, paralelamente, a luta, de forma prática e objetiva, com os instrumentos a seu alcance, pelo exercício de um papel de liderança no processo de mudanças e transformações da evolução histórica da humanidade”.

Longe vai, assim, aquele entendimento segundo o qual o moço procurava a Universidade para, apenas, ganhar um diploma e exercer uma profissão. A Universidade, agora, não é mais considerada um instrumento de satisfação de interesses individuais, somente. É certo que o diplomado sai da Universidade com uma profissão. Mas a sua formação universitária não se exaure aí, nessa festa de formatura, ou no registro do diploma. Evidentemente, o profissional *nasce* nesse dia, mas, nesse dia surge, também, amadurecido para uma tarefa política, o *cidadão*. Pois na Universidade o estudante não se prepara unicamente para a obtenção de um título profissional, pois se capacita para o exercício de uma atividade política de que só as elites — a que ele passa a pertencer — são capazes.

É então que o papel da Universidade se confunde com o papel do próprio Estado. Porque o Estado (tal como deve ser e é o Estado autêntico), quando um Estado de fins precisos, é um ente possuído de uma ideologia, ou seja, tem um objetivo superior a alcançar, objetivo que ele perseguirá através de homens superiormente qualificados, normalmente saídos da Universidade, onde se formam as elites.

Se possuídos de uma filosofia humanista — segundo a qual o homem é posto como o centro da vida terrena, mas o homem compreendido em sua integralidade de ser feito à imagem e à semelhança de Deus —, então saberemos compreender, dentro de uma escala racional de valores, o posicionamento do homem como agente da civilização, apto, assim, a conduzir a sociedade para metas pré-determinadas. E os homens serão tanto mais completos quanto melhor desenvolvidos em todas as suas potencialidades, o que é função da Universidade, ao formar as elites. Isso entendido, estarão traçados os caminhos políticos a palmilhar: “Quando ganharmos a consciência do primado dos recursos humanos como fator decisivo do desenvolvimento, nada mais prioritário do que o reconhecimento do papel das elites no encaminhamento dos problemas nacionais” (JOSÉ GARRIDO TORRES) (4)

Falar em recursos humanos é falar nos homens de elites, e, falar em homens de elites, é falar em idéias e ideais.

As elites, que, normalmente, se criam e se desenvolvem nas Universidades, não evoluem “à vol d’oiseau”. São formadas em conformidade com um propósito ideológico. Os moços não estudam por estudar. Estudam

(4) TORRES, José Garrido. “Algumas observações ao problema dos quadros dirigentes” in *Carta Mensal*, Rio, n. 212, abril/1973.

para saber. Para ter uma profissão e vencer em sua vida individual, sim. Mas, também, para, como elemento de uma sociedade, ajudar a esta na luta pela sua plenitude. Na verdadeira Universidade adquire-se um instrumental para um trabalho privativo e outro para um trabalho coletivo. O estudante se serve da Universidade para sua realização pessoal, nas lides profissionais futuras, ao mesmo tempo em que a sociedade nacional, através da Universidade, dele se serve para construir-se, aperfeiçoar-se e afirmar-se, no concerto internacional, como um ente livre e soberano.

O russo, o japonês e o norte-americano, ao deixarem suas Universidades, automaticamente se engajam num projeto político nacional, direta ou indiretamente, sem prejuízo de seus interesses individuais. Estado e Universidade agem, em seus países, em parceria. Um colaborando com outro. Mas a tônica ideológica da sociedade é sugerida pelas elites, mediante sua permanente aproximação com as Universidades, cujas conquistas indicam as atitudes políticas: "A concepção do mundo que consegue se difundir e guiar a prática das classes sociais torna-se hegemônica. No quadro da dominação do capital sobre o trabalho é que a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante. Sendo a burguesia a classe dominante, não só ela domina, mas também tenta se tornar hegemônica, tendo na educação escolar um elemento mediador de extrema relevância" (CARLOS ALBERTO JAMIL CURY) (5). É assim nas sociedades informadas pela ideologia demoliberal. Enquanto nos países socialistas, de ideologias inspiradas no marxismo, domina a classe proletária, resultando essa situação de uma programação cultural desenvolvida nas escolas.

II — A Universidade, em cada Estado, está ligada a um sistema de valores. Como agem as grandes potências. Educação e Estado

Nos Estados Unidos, por exemplo, a educação superior está associada ao sistema capitalista, tentando responder aos desafios de sua indústria. As escolas e faculdades de administração de empresas são, praticamente, centros preparatórios para a tecnoestrutura. Já nos países socialistas, a concepção dominante se inverte, impondo-se a dominação do trabalho sobre o capital. Desse modo, será possível, igualmente, tentar-se uma terceira posição, em que se busque a conciliação, a irmanização do capital com o trabalho, talvez possível numa sociedade solidarista, de inspiração cristã. A Universidade, neste ou naquele país, será a oficina onde se construirão os alicerces culturais da sociedade que se quiser construir. A Universidade se faz, portanto, à semelhança de cada sociedade.

O Estado é a nação em sua forma perfeita. É o ente jurídico em que a nação se projeta, como pessoa, no plano nacional e no concerto internacional. Ele expressa, pois, a nação. Revelando-a em seu caráter, em seu

(5) CURY, Carlos Alberto Jamil. "Educação e ideologia" in *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas n. 35, novembro/1982.

espírito, em sua vontade: "No es para nosotros una necesidad convenir en que el carácter y las costumbres de un Estado se encuentran en cada uno de los individuos que lo componen, puesto que sólo de ahí pueden haber pasado al Estado?" (PLATÃO) (6). O Estado é, assim, a própria nação. Tem uma personalidade. É um ser consciente. Age segundo um projeto. Obedece a princípios. Tem uma razão de ser, busca a realização de metas preestabelecidas: "La ciudad — ensina Aristóteles — es agrupación; las agrupaciones se organizan con miras al bien; porque el hombre obra siempre con el fin de lograr lo que cree bueno. Si toda agrupación tiende al bien, la ciudad o sociedad política, que es la superior entre ellas y las comprende todas, tiende al bien en mayor grado que las demás, y al mejor bien" (ARISTÓTELES) (7). Assim, o Estado, quando autêntico, tem fins precisos. O que supõe uma ideologia. Porque são ideologias que informam os Estados. Estes são o que forem as nações que eles expressam. E as nações valem pelo valor dos homens que as compõem. Esses homens, cujos líderes nascem na Universidade, traçarão as diretrizes da nação, que é o conjunto, integrado e orgânico, de todos os homens, articulados em uma ambiência existencial.

No Brasil, cabe-nos procurar um Estado que não se estruture em termos de interesses de classes, nem em função de pretensões hegemônicas de umas sobre as outras. Um Estado que seja, realmente, um instrumento de construção nacional. Estado humano, que se sobreponha às classes e sirva aos homens de todas as classes. Porque o homem transcende das categorias profissionais. Nossa Universidade há de estar capacitada para essa obra. Sua missão estará em, pelo conhecimento, servir ao Estado na implantação de uma política autenticamente humanística, ou seja, que vise à valorização do homem brasileiro, sem consideração por seu posicionamento profissional, isto é, indiferentemente à "classe" a que pertencer. Isso quer dizer que, preliminarmente, como ponto de partida para a fixação da posição da Universidade nos quadros do Estado, haveremos de concordar em que procuremos ordenar o Estado em conformidade com a ideologia cristã, em que se inspira, desde os primórdios, a nossa civilização, e a única capaz de responder às necessidades essenciais e totais do homem.

Informada politicamente a sociedade brasileira pelo cristianismo, estaríamos atuando consoante uma motivação humanística básica, em busca, certamente, de uma finalidade superior, qual a da plena realização da pessoa humana, de todas as pessoas humanas vivendo no espaço político nacional.

Um Estado assim, preso a uma ideologia cristã, necessita de uma Universidade engajada em sua estrutura. Pois o papel das elites formadas

(6) PLATÃO. *La República*. Nueva Biblioteca Filosófica, vol. XXI, edición preparada y traducida por D. Francisco Gallach Palés, Madrid, Imp. de L. Rubio, 1935.

(7) ARISTÓTELES. *Política*. Nueva Biblioteca Filosófica, vol. XIX, traducción de Francisco Gallach Palés, Madrid, Imp. de L. Rubio, 1935.

na Universidade há de estar em, através do Estado, modelar uma sociedade em que todos os homens participem eqüitativamente dos bens da civilização e da cultura.

A Universidade, assim posta como órgão do Estado, será de capital importância para que se tenha uma visão ampla e elevada dos problemas, se o Estado estiver possuído dessa compreensão cristã do homem e das coisas, visto ser na Universidade que se pesquisam, se estudam e se equacionam os problemas da sociedade e se descobrem os elementos, culturais e técnicos, em que balizar as soluções para os mesmos.

O Estado, fundamentado numa ideologia, propõe os rumos, e a Universidade, pelas conquistas das diversas ciências, fornece os materiais necessários à construção dos caminhos que levem aos fins colimados. Ora, o fim último "da educação é desenvolver ao máximo as capacidades do homem" (JEAN JACQUES SERVAN SCHREIBER) (8). O que se busca, portanto, na Universidade, é a formação integral do homem, para que este, no comando político do Estado, busque, por sua vez, uma civilização humanística plena.

Como tudo começa do começo, e o homem, antes de filosofar, tem de viver, o fortalecimento econômico da sociedade é fundamental à obra do desenvolvimento global do Estado. Havemos, por isso, de procurar a riqueza, e, nesse mister, a Universidade tem, igualmente, de estar presente, pois já proclamava o Presidente Getúlio Vargas (9): "Anda em moda afirmar-se que a educação é corolário da riqueza, quando o contrário expressa maior verdade".

Realmente, a educação capacita o homem para todas as atividades. O homem pobre, aprendendo, pode ficar rico. O mesmo sucede com os povos. O japonês, pelo estudo, superou em pouco tempo as carências materiais de seu país, transformando-o numa potência mundial. O progresso é o resultado do trabalho de todos os homens, em todos os setores. Quanto mais capazes em suas profissões, mais e melhor eles produzem. Isoladamente, cada qual produz para si; em conjunto, todos produzem para todos. Tentam, assim, sob a supervisão do Estado, um trabalho articulado, visando à riqueza pessoal e à coletiva. Ora, quem sabe mais, produz mais e melhor. E sabe mais quem é melhor educado nos diferentes misteres. O certo é que a educação favorece a riqueza e a riqueza favorece a educação. A propósito, é edificante o *Relatório Denison* (tese de 1964, de EDWARD F. DAVIES – Teoria sobre os fatores de produção) de que nos dá notícia JEAN JACQUES SERVAN SCHREIBER (10):

(8) SCHREIBER, Jean Jacques Servan. *O Desafio Americano*. Rio, Editora Expressão e Cultura, trad. de ALVARO CABRAL, 1968.

(9) VARGAS, Getúlio. *Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte*, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933.

(10) SCHREIBER, Jean Jacques Servan. *Ob. cit.*

"Hoje, os fatores mais importantes na expansão econômica, os que figuram na cabeça da lista de trinta e um dos fatores de expansão recenseados por Denison, são: a educação geral e as inovações tecnológicas."

E encarece:

"A principal conclusão do Relatório Denison é que o ensino constitui o fator mais importante e coloca-o à cabeça dos fatores econômicos de expressão."

Como se observa, fortalece-se a convicção de que é cada vez mais estreita a vinculação entre o conhecimento e o progresso. Ou seja: entre a educação e o desenvolvimento. Melhor: entre a Universidade e a Sociedade (Estado).

O ensino está, pois, na base do desenvolvimento econômico. Da riqueza do país. E essa riqueza há de estimular a educação em geral, do que se aproveitará a sociedade em seu desenvolvimento global.

Voltemos, porém, a JEAN JACQUES SERVAN SCHREIBER, em sua análise do Relatório Denison:

"Sendo o progresso da educação considerado agora, segundo a teoria de DENISON, o primeiro dos fatores do desenvolvimento econômico, o segundo é o que ele chama o "progresso dos conhecimentos", do qual resulta o enriquecimento da própria educação recebida e a sua generalização entre os adultos, com os novos dados da tecnologia" (11).

Assim acontece, efetivamente. A educação produz riqueza, esta favorece novas aplicações nos estudos e pesquisas, os conhecimentos aumentam, a sociedade progride, o Estado se fortalece, todos se beneficiam. Dessarte, se a Universidade, que é o centro propulsor da educação e do conhecimento, for colocada como um órgão do Estado, isto é, se for posta a serviço da sociedade nacional, que o Estado reflete e representa, então haverá uma disciplinação racional de esforços em favor de um projeto comum.

Sobre o Relatório Denison, é oportuno e interessante ressaltar, ainda, que o Estado americano esteve atento à importância da Universidade no papel que lhe cabe no desenvolvimento da sociedade, destinando-lhe generosos recursos financeiros:

"Em 1930, o total das verbas consagradas à educação era de 3,2 bilhões de dólares. Em 1965, essa importância foi multiplicada dez vezes e eleva-se, por ano, a 39 bilhões de dólares" (J. JACQUES SERVAN SCHREIBER).

(11) SCHREIBER, Jean. Jacques Servan. Ob. cit.

O que fazem os Estados Unidos fazem também a URSS, o Japão, a Alemanha, a França etc. É que, observa GEORGES GUSDORF ⁽¹²⁾, “a pesquisa científica é uma fonte de riqueza e de poderio”, e, por isso, “entre as principais nações, existe uma competição incessante pela dominação”.

A Universidade serve, por conseguinte, ao fortalecimento, à segurança e ao desenvolvimento do Estado. É como que um poder dentro do Poder. Esse poder, poder do conhecimento, que inclui e promove o poder econômico e se impõe, afinal, como poder político, precisa, no entanto, ser humanizado. Porque o conhecimento em si é neutro. As conquistas da ciência podem servir tanto ao bem quanto ao mal. Ora, salienta BRANCA BORGES GÓES BAKAJ ⁽¹³⁾, “cabe à educação não deixar que o homem seja triturado pela sua própria tecnologia, que vem sendo endeusada, em detrimento dos valores maiores do homem enquanto ser”.

Incumbe, dessa maneira, a todos os homens responsáveis pela educação, tentar a humanização da cultura. Ou seja, cumpre colocar o saber a serviço do homem. E isso só será possível se os Estados, onde as Universidades atuam, forem informados em uma ordem jurídica que traduza uma ideologia humanista, isto é, uma filosofia que tenha do homem, da vida e do universo, uma visão ampla, profunda e elevada. Ao fim, e em última instância, o aproveitamento das conquistas científicas promovidas pela Universidade será feito pelo Estado, ao qual, conseqüentemente, caberá a responsabilidade de imprimir um sentido e propor uma finalidade ao labor cultural de suas elites.

“A contribuição dos estudos processados no âmbito universitário pode ser valioso subsídio para a ação política”, reconhece Magalhães Pinto ⁽¹⁴⁾. Está certo o eminente político. E mais certo ainda estaria se em vez de dizer *pode ser*, afirmasse *é*. Porque essa contribuição da Universidade à tarefa governamental é, realmente, de um valor inquestionável. Se a política é a ciência do Estado, se o Estado é a nação politicamente organizada, se a nação é o povo, se povo são os homens todos de um país, e se esses homens são tanto mais úteis, criativos e independentes quanto mais educados e instruídos, e, ainda, sendo a Universidade que os educa, os instrui, os valoriza, os dignifica, os coloca na vanguarda social, então, é indiscutível que a ação política há de estar permanentemente associada ao trabalho universitário. Porque ação política é a ação do Estado no

(12) GUSDORF, Georges. *Ciência e Poder*. São Paulo, Editora Convívio, trad. de Homero Silveira, 1983.

(13) BAKAJ, Branca Borges Góes. “Educação, arte, literatura e ideologia” in *Universitas*. Revista de Cultura. Brasília, CEUB, a. 6, n. 6, 1985.

(14) PINTO, Senador Magalhães. “O Legislativo e a Universidade” (discurso em resposta à saudação do Reitor da UnB) in *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, a. 14, n. 53.

sentido do fortalecimento e do aperfeiçoamento da nação, donde a procedência da observação de BRANCA BORGES GÓES BAKAJ⁽¹⁵⁾, quando assevera que "a dimensão política do homem é dada pela atuação do poder, de que a escola é um reflexo".

No que tange ao Brasil, havemos de reconhecer que, infelizmente, estamos muito distanciados dos exemplos americano, japonês e soviético, entre outros. Nem mesmo temos, em verdade, uma Universidade. As Universidades oficiais não têm sido devidamente assistidas pelo Estado e as particulares, salvo as exceções, não passam de aglomerados de escolas que mais se assemelham a estabelecimentos comerciais. "A Universidade no Brasil" — registra JOSÉ ARTHUR RIOS⁽¹⁶⁾ — "nunca foi entendida como algo mais que um conjunto de escolas; sempre foi um somatório burocrático de unidades isoladas e não um todo orgânico". Ora, Universidade é integração de saberes. Conjunto orgânico e organizado de conhecimentos: ciências, letras, artes, técnicas, filosofia. Para formar profissionais. Para formar elites. Para formar *homens*. Para formar a sociedade. Universidade é força criadora, porém dentro de um contexto: não pode isolar-se do complexo nacional em que se situa. Ao contrário, deve estar capacitada a responder a todas as solicitações de todos os segmentos da sociedade. É, a rigor, um órgão do Estado, porque um órgão pelo qual o Estado promove o desenvolvimento sempre atualizado de todos os setores de atividades da nação, ajustando-os às conquistas sempre renovadas do saber. A sociedade e a Universidade operam como que através de um sistema de vasos comunicantes. Influenciam-se reciprocamente. Há um metabolismo incessante entre elas: "Se é verdade que a sociedade determina a educação, também esta determina aquela. Educação e sociedade não são entendidas, aqui, como duas realidades exteriores, completamente determinadas, que mantenham entre si uma mera relação de contigüidade, mecânica e quase atomística. A educação apresenta-se antes como uma das dimensões da vida concreta dos homens na sociedade" (ILDEU MOREIRA COELHO)⁽¹⁷⁾. O mesmo é dito, em outros termos por STEWART RANSON⁽¹⁸⁾: "Education is shaped by, but also serves to constitute, the principles which underlie the social order." Assente está, pois, que a Universidade se inspira no meio, mas também atua sobre o meio. Está sujeita a pressões, porém pressiona, igualmente. Recebe e dá. Por isso, a sociedade fascista refletirá uma educação fascista, o mesmo acontecendo em relação à sociedade comunista, que espelhará uma educação marxista, e

(15) BAKAJ, Branca Borges Góes. Ob. cit.

(16) RIOS, José Arthur. "A Universidade brasileira: esperança e frustrações" in *Carta Mensal*, Rio, a. 16, n. 190, 1971.

(17) COELHO, Ildeu Moreira. "Universidade atual e comunidade brasileira" in *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 35, novembro/1980.

(18) RANSON, Stewart. (Prof. da Universidade de Birmingham). "Contradictions in the Government of Educational Change", in *Political Studies*. Editor Jack Cively — Butterworths, vol. XXXIII, Nuinhar Chardi, 1985.

em uma sociedade capitalista burguesa, que retratará uma educação inspirada na liberal-democracia. Essas Universidades, servindo aos Estados onde funcionam, procurarão educar os homens em função da filosofia política dominante. Daí a necessidade de insistirmos em que, no equacionamento dos problemas sociais, econômicos e políticos de um país, devemos partir, sempre, de um posicionamento ideológico que nos faça ver esses problemas em função dos superiores anelos da pessoa humana. Desse modo, como nota, ainda, BRANCA BORGES GÓES BAKAJ⁽¹⁹⁾, “se sabemos que o fator político é uma decorrência natural da educação humana sobre o mundo, só poderemos depreender daí que a educação não pode se manter alheia às perspectivas políticas”.

Isso posto, importa reconhecer que a questão fundamental é a da essência filosófica da ideologia que adotamos, pois esta é que nos levará a instituir o Estado em termos realmente humanísticos ou não.

O Estado, repitamos, vale como um instrumento de *construção* nacional dos povos. Logo, como um órgão a serviço de todos os homens de um país. Seus fins são o bem comum. O bem de todos os homens. Ora, para se ter essa visão humanística do Estado, haveremos de estar inspirados na doutrina cristã. Só esta vê os homens em sua autenticidade, em sua totalidade, em sua dignidade de pessoas. Só ela irmana os homens pelo amor. Só ela possibilita aos homens o cumprimento de um destino transcendente, como seres, que são, feitos à imagem e à semelhança de Deus. Importa, por isso, antes de tudo e sobretudo, encontrar-se e fixar-se um rumo ideológico, em função do qual sejam as instituições organizadas e movimentadas, entre elas o Estado, e, dentro deste, a Universidade.

A Universidade há de ter, no caso, um papel primacial. Porque é nela que se formam as elites culturais que, um dia, chegarão ao poder: “A Universidade não é apolítica. Ao contrário, hoje, sabemos nós, ela é essencialmente política, por destinação. A política partidária sim, pára nos seus muros, não atravessa seus portões, não passeia pelos seus jardins, não caminha pelas suas alamedas. Mas política é participação na vida pública, é exercício da administração, é alcance e realização do poder conquistado. Assim, nela, por natureza e destino, a Universidade está presente. Não lhe cabe, a ela, Universidade, apenas formar elites de laboratório, profissionais liberais, poetas e pensadores. As elites culturais que ela forma devem dirigir-se, também, à luta pela conquista do poder e pelo exercício do poder” (MOZART VICTOR RUSSOMANO)⁽²⁰⁾.

A função específica da Universidade é transmitir o saber. Mas o saber há de ser utilizado para um fim. Não se estuda por estudar. Quando a

(19) BAKAJ, Branca Borges Góes. Ob. cit.

(20) RUSSOMANO, Mozart Victor. “Comprometimento democrático da Universidade” (Palestra feita na UnB, por ocasião do Sesquicentenário do Senado) in *Revista de Informação Legislativa*. Brasília. Subsecretaria de Edições Técnicas, Senado Federal. a. 14, n. 53, 1977.

Universidade forma elites é para que estas assumam o comando da sociedade. Aí o liame que une, indissolivelmente, a Universidade à política. Dissociada do saber, a política se fossiliza. É pela Universidade que ela se renova, se atualiza, se aperfeiçoa, colocando o Estado no ritmo desenvolvimentista da civilização. É aí que se pode asseverar, com JOSÉ MARCELINO MONTEIRO ⁽²¹⁾, que a Universidade “funciona como aparelho ideológico do Estado”.

Além, portanto, de utilizar o saber para bem posicionar os homens em seu setor privado de atividades, a Universidade o usa como um instrumental básico na formação da sociedade e no fortalecimento do Estado. Assim, agindo isoladamente ou em conjunto, o homem, pelo que aprende na Universidade, movimenta-se como um agente do progresso da sociedade: “Mesmo os técnicos, os pesquisadores, os profissionais liberais, os homens que vivem curvados sobre suas provetas, sobre seus microscópios, manejando bisturis, seus livros, seus tratores, seus códigos. mesmo eles, amanhã, serão utilizados pragmaticamente pela nação. Por isso, sua obra também tem sentido político na construção do país; quero dizer: na construção do país em bases concretas, e essas bases concretas, sobre as quais se cria o Estado, essencialmente, são, também, por paradoxal que pareça, bases ideológicas. Em síntese, a Universidade moderna está comprometida consigo mesma, com o destino político do seu país e com o futuro do mundo em que ela se insere” (MOZART VICTOR RUSSOMANO) ⁽²²⁾.

Realmente, cada profissional participa do desenvolvimento de determinada área da sociedade: a econômica, a jurídica, a científica, a militar, a educacional, a social ou a política. Agricultura, indústria, comércio, esporte, ensino, artes, letras, tecnologias, códigos, armas, saúde, templos, tudo isso tem seu valor medido pelo valor dos especialistas que com isso lidam, cada qual operando num setor, mas todos, na sociedade, em comunhão com os demais, em perseguição a um objetivo geral, por cuja consecução todos são responsáveis. Colaboram todos, portanto, no progresso da comunidade. Cada qual por si e todos por todos, os homens lutam, afinal, pelo bem-estar e a grandeza da sociedade nacional que integram. É visando essa meta que o Estado estrutura e dinamiza as suas instituições, entre estas a Universidade, que só esta, pela pesquisa, pelo estudo, pela integração das ciências, e, principalmente, pelo direcionamento filosófico dos conhecimentos, pode implantar os pilares de um desenvolvimento consciente e pleno da nação.

Como afirma o antigo reitor da UnB, JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA AZEVEDO, compete à Universidade “moldar o cidadão que irá dirigir o Brasil

(21) COSTA, José Marcelino Monteiro da. “A Universidade e o desenvolvimento nacional” in *Educação Brasileira* — Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Brasília, a. IV, n. 9, 1982.

(22) RUSSOMANO, Mozart Victor. Ob. cit.

nos próximos anos" (23). Cumpre, assim, à Universidade formar homens de Estado.

E aqui tocamos no ponto crucial do problema: educar como? educar para quê?

FRANCISCO CAMPOS (24), em discurso proferido na sessão inaugural do IV Congresso Nacional de Educação, viu — como sempre — fundo a questão: "Os processos ou métodos de educação dependem da resposta que dermos a esta pergunta: que queremos fazer do homem, educando-o? Aí está toda a filosofia da educação, e a educação que resultar da resposta àquela pergunta valerá o que valer a resposta. Pode ser uma educação para animais, uma educação para térmitas, uma educação para escravos, uma educação para máquinas, uma educação para o passado, ao invés de uma educação para o futuro, uma educação para a mediocridade ou para as aventuras das grandes aspirações, uma educação para a impaciência ou para a resignação, uma educação para repetir ou uma educação para criar, uma educação para a eficiência, no sentido industrial ou dos valores econômicos, ou uma educação para a eficiência no grande sentido e em grande estilo, uma educação para a personalidade e para a plena expressão de todos os valores."

A compreensão dessas verdades faz-nos retornar ao tema central de nosso ensaio: o da estruturação ideológica do Estado, ou seja, a sua inserção numa filosofia, condição essencial para que ele possa cumprir sua missão natural, visando a fins humanos.

Lógico, por tudo isso, que não podemos compactuar com uma educação demoliberal. Nem pretender uma educação marxista. Nem aceitar uma educação fascista. Queremos uma educação que enseje o desenvolvimento harmonioso e conjugado de todas as potencialidades humanas, no plano individual e no plano coletivo. Educação para a formação plena do homem. Que só o homem pleno dará uma sociedade plena. A Universidade há de ter em mira esse projeto. Fazendo dos homens bons profissionais e bons cidadãos. Buscando o homem que, pelo saber, possa não só situar-se favoravelmente na vida como, também, participar do engrandecimento de sua sociedade. A educação tem em vista a formação integral do homem. Do homem todo e de todos os homens, logo, da nação. A Universidade, no Estado autêntico, posiciona-se como o instrumento pelo qual se pode tentar esse *desideratum*. Donde se conclui que o Estado, para possibilitar esse projeto, há de ser informado por uma filosofia que

(23) AZEVEDO, José Carlos de Almeida. Discurso de saudação ao Presidente do Senado Federal nas comemorações do sesquicentenário dessa Casa Legislativa in *Revista de Informação Legislativa*, cit.

(24) CAMPOS, Francisco. Discurso proferido na sessão inaugural do IV Congresso Nacional de Educação in *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação*. Rio, Vol. I, Serviço Gráfico do IBGE, 1941.

estabeleça uma constelação de valores hierarquizada, no centro o homem, mas o homem posto em sua realidade total, de pessoa, agindo como pessoa e visando a uma sociedade para pessoas.

III – *Que é Universidade. Sua inserção no contexto social. Seu posicionamento no Estado. Estado, Universidade, ideologia. As elites devem estar na vanguarda*

Do já exposto depreende-se que não se pode confundir a Universidade com um simples amontoado de escolas superiores, onde se preparam os alunos com o mero propósito de lhes garantir, privativamente, o exercício de uma profissão, com vistas à competição no mercado de trabalho.

Quando se conceitua assim a Universidade – e há os que defendem esse ponto de vista – “retira-se dela qualquer atuação na produção de conhecimentos necessária à compreensão, domínio e intervenção no contexto em que se insere” (SILK WEBER) ⁽²⁵⁾. A Universidade não é isso, porém. Sua função é, *também*, preparar os homens para as diferentes profissões em que se divide o trabalho social. Mas a Universidade vai mais além. Ela busca a integração das ciências e a sua inserção num contexto de conhecimentos mais amplo e profundo, envolvido e dominado pela filosofia. Porque a Universidade se encaixa no organismo do Estado, tendo uma participação prioritária na dinamização da sociedade. Porque é nela que, através de estudos, pesquisas e descobertas, se colhem os elementos capazes de, em todos os planos de atividade, possibilitar o encaminhamento do trabalho de cada um e do trabalho de todos, segundo os propósitos comuns e maiores da coletividade.

O aluno frequenta uma Faculdade para aprender. Mas isso não é tudo. A Universidade moderna não pode ser orientada por princípios de uma filosofia individualista, pois ela é peça do próprio Estado e participa da ação política. Serve, sim, ao indivíduo, habilitando-o para competir no mercado de trabalho, mas tem de servir, acima de tudo, à sociedade nacional. Daí a importância que se reconhece, hoje, à Universidade, no papel de estimulador e renovador do contexto sócio-econômico, com reflexos necessários no comportamento político do Estado. Talvez por isso OSVALDO TRIGUEIRO ⁽²⁶⁾ tenha dito que a educação tem, hoje, “merecidamente, um dos lugares predominantes entre os problemas do governo”, sendo considerada “matéria da mais alta importância legislativa, pela necessidade da ação normativa do Estado em campo jurídico que tão de perto condiciona o progresso social e a vida política”. E tanto é assim que o atual Ministro da Educação, Marco Maciel, assinou, com o Ministro

(25) WEBER, Silk. “Universidade — sinal fechado” in *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 33, maio/1980.

(26) TRIGUEIRO, Osvaldo. “Problemas do Governo Democrático” (Conferência pronunciada na Associação Brasileira de Educação, em 1951). Brasília, 1976.

do Interior, Ronaldo Costa Couto⁽²⁷⁾, um “protocolo de colaboração mútua que assegura e define a participação das Universidades na formulação e execução das políticas governamentais de desenvolvimento regional e local”, bem como uma “portaria conjunta, criando a Comissão Nacional de Integração Universidades—organismos regionais —, composta por representantes dos dois Ministérios e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras”.

De acordo com o noticiário, “a atuação das Universidades, junto aos órgãos do Ministério do Interior, será feita através de ações de planejamento, consultoria de técnicos especializados, elaboração de projetos, treinamento de pessoal e execução de pesquisas de interesse dos órgãos. Estarão envolvidos professores, técnicos e alunos de graduação e pós-graduação”. Segundo, ainda, o divulgado pela imprensa, “a Universidade poderá contribuir para superar a visão regional setorializada, consagrando novas práticas de avaliação, articuladas com o desenvolvimento do país numa perspectiva global”.

Aí está um passo seguro dado pelo governo no sentido da integração Estado-Universidade. Aí a boa política. Porque, como diz GLADSTONE RODRIGUES DA CUNHA FILHO⁽²⁸⁾, as Universidades “representam um complexo institucional forte e consolidado, com uma oferta diversificada de cursos de graduação e de pós-graduação e com liderança definida em desenvolvimento e pesquisa, graças à disponibilidade de pessoal docente cientificamente qualificado e em dedicação completa à atividade acadêmica” e “o debate de temas e problemas, frequentemente radicalizado, tende a sofrer um processo de decantação, para dar espaço e clima à pesquisa e descoberta de soluções modernas equilibradas e estáveis, além de compatíveis com a nossa tradição cultural e ajustadas à realidade brasileira”.

Entendidas essas verdades e buscando-se colocar a Universidade como órgão de propulsão cultural do Estado, em razão e com propósitos de construção global da sociedade em termos adequados ao espaço geoeconômico nacional e ao homem nacional, e em função de uma ideologia, estaremos ensejando a realização daqueles objetivos políticos maiores que estão na edificação de um Estado humano, forte e independente.

A Universidade há de ser o carro-chefe do Estado, na caminhada para o futuro, pois é ela a entidade naturalmente indicada, por suas funções, para o desempenho desse papel de aparelho captador dos anseios do país e de mola propulsora de seu desenvolvimento racional e cons-

(27) *O Globo*. Notícia sob o título “Universidades vão atuar como órgãos regionais” — edição de 1º de agosto de 1985.

(28) CUNHA FILHO, Gladstone Rodrigues da. “Atualidades e perspectivas da Universidade no Brasil” in *Revista do Curso de Direito da Universidade de Uberlândia*. Vol. 14, n. 1, jan./dez. 1985.

ciente, a partir da formação integral do homem, agente da civilização, que se pretende justa, fraterna, humana e igualitária.

Efetivamente, a que visa a Universidade? Seus fins principais podem ser assim sintetizados:

a) valorizar a pessoa humana, procurando possibilitar ao homem o desenvolvimento pleno de todas as suas virtualidades;

b) preparar o homem para servir a si, à família, à comunidade e à nação;

c) posicionar o homem na sociedade como o agente principal no processo de desenvolvimento nacional;

d) tentar esse desenvolvimento do homem sem esquecer que ele vive num tempo e num espaço, ou seja, de que, além de humano — *universal* —, ele é, também, um ser *nacional*, ligado a uma raça, a uma história, a um meio físico, a uma situação política;

e) demonstrar que só como um ser nacional, o homem, em cada país, pode atingir seus objetivos humanos maiores, pois a humanidade se faz presente, no mundo, dividida em nacionalidades;

f) demonstrar que o homem só poderá fazer, em cada país, uma grande civilização se, embora contingentemente nacional, não se alienar de sua condição humana de pessoa;

g) mostrar que é ela, a Universidade, em realidade, um órgão do Estado, entendido este em sua exata conceituação de nação politicamente realizada;

h) provar, portanto, que o Estado, em que ela se acha inserida, é, em suma, um instrumento de construção da sociedade nacional;

i) demonstrar que, buscando-se o homem-pleno numa sociedade-plena, o trabalho social há de ser feito por todos os homens, em todas as atividades, mas segundo um processo hierarquizado de funções, em que o comando deve caber às elites;

j) atuar associada a outros órgãos e outras instituições;

k) equipar esses outros órgãos e essas outras instituições de elementos científicos e tecnológicos atualizados, necessários a uns e outras em suas atividades setoriais; e

l) orientar-se pelos parâmetros indicados pela ideologia que informar o Estado, e, se, como pretendemos, o Estado for modelado segundo os princípios da doutrina cristã, ajudar na implantação de uma política global, orgânica, humana e nacionalista.

Falando em "homem-pleno", estamos, implicitamente, falando no *homem-cristão*. E falando em sociedade-plena, falamos, é claro, em uma sociedade inspirada e orientada pelos princípios do cristianismo.

No Brasil, onde, desde o começo dos tempos históricos, nossa sociedade se veio constituindo sob o signo do cristianismo, será talvez mais fácil postular a implantação de um Estado possuído dessa doutrina, e, se tal conseguirmos, caberá à Universidade, através de suas diversas escolas, utilizar as suas conquistas e descobertas em favor da realização de um Estado assim, que nos poderia proporcionar uma sociedade realmente humana, livre, fraterna e igualitária. Com esse espírito e essa orientação, a Universidade estaria apta a alcançar os resultados certamente sonhados pelos brasileiros que pretendem ver o Brasil em posição de destaque no cenário internacional. Porque, então, ela disporia daqueles grupos de vanguarda aptos a abrir, sob a tutela e o estímulo do Estado, os caminhos do futuro. MANOEL TURBINO (29) viu claro o assunto, comentando: "A integração dos problemas do País às Universidades espalhadas pelo território nacional deveria ser considerada como uma das metas principais dos nossos governos desde há muito tempo. O mínimo que se pode afirmar é que são as Universidades que formam as elites que dirigem os destinos nacionais em quaisquer circunstâncias. Isso sem contar as atividades de pesquisa da Universidade, que por certo têm uma influência decisiva na aceleração do desenvolvimento." Assim é. O Estado serve à Universidade e se serve da Universidade em sua tarefa de construção da nação. A Universidade é, pois, um órgão do Estado. Donde a necessidade de, sem prejuízo de sua natureza humanista, forrar-se de um caráter nacionalista. O homem é a meta final do Estado. E quem "forma" o homem é a Universidade. Mas todo Estado, por imposições históricas, é nacional. Cada Estado é um só e ele só. Porque situa-se num espaço próprio e organiza realisticamente, isto é, de acordo com as condições existenciais ambientes, a vida dos homens aí localizados, diferenciados na raça, nas origens, nas condições de vida, nos recursos, nas dificuldades, nas pretensões, na história. A Universidade, em seus estudos, suas pesquisas e seus projetos, há de pesar todos esses fatores condicionantes da estrutura política do Estado.

"O ensino superior" — escreve, ainda, MANOEL TURBINO (30) — "é uma das variáveis fundamentais na evolução da sociedade e da economia". Assim, tanto o Estado quanto a Universidade propõem-se projetos humanos, a Universidade atuando no plano cultural, o Estado no político, mas ambos obedecendo às linhas ideológicas de uma filosofia política — em nosso caso, a cristã. O Estado, repisemos, é a nação e nação são os homens, os homens são entes imperfeitos em processo permanente de aperfeiçoamento.

(29) TURBINO, Manoel José Gomes. "A Universidade brasileira e o processo de desenvolvimento sócio-econômico do país" in *Ciências Humanas*. Rio, vol. III, n. 11, 1979.

(30) TURBINO, Manoel José Gomes. *Ob. cit.*

E o homem se aperfeiçoa pelo estudo. Pelo estudo ele se posiciona na sociedade como um elemento consciente, ativo, voluntarioso. É o estudo é feito na Universidade. Esta, ao integrar-se no Estado, ingressa no projeto de formação global da sociedade, pois, como órgão do Estado, a Universidade é um órgão da nação e participa de todo processo civilizatório como um agente criador, renovador e atualizador das instituições, que crescem, se fortalecem e se valorizam pelas conquistas levadas a efeito na Universidade: "a Universidade cria, recria, reinventa, operando aquela contínua montagem-desmontagem de idéias e valores, essencial em toda atividade que se quer criadora. Evidentemente, esse processo se desenvolve não sem contradições, mas de modo equilibrado, somente em tempos normais, quando subsistem em toda a vida de uma sociedade as franquias democráticas, e uma vida política tal capaz de vincular fortemente a vida acadêmica-cultural à totalidade da vida social de uma nação, através das respostas dadas pela Universidade aos problemas imediatos e mediatos postos pela atividade da comunidade" (WILMAR DO VALLE BARBOSA) ⁽³¹⁾. A Universidade é, portanto, a um só tempo, sujeito e objeto da sociedade. Nasce dela e a recria. Vive dela e para ela. É a base e o cume da pirâmide social. Dessa maneira, num Estado verdadeiramente democrático, ou seja, um Estado onde se procure, efetivamente, implantar condições existenciais que proporcionem uma civilização igualitária, justa e fraterna, num Estado assim, onde, por pressuposto, o homem é considerado na totalidade de um ser aberto às solicitações materiais e espirituais, individuais e pessoais, biológicas e sociais, econômicas e políticas, num tal Estado — um Estado cristão — a Universidade se integra facilmente, posicionando-se, em sua estrutura, como órgão vital, pois agente principal de seu desenvolvimento. "A Universidade, escreve LUIZ ALBERTO GOMES DE SOUZA ⁽³²⁾, ao mesmo tempo, é um elemento da sociedade civil determinado pela infra-estrutura econômica e pela articulação concreta das classes sociais, condicionado pelos parâmetros que lhe impõe a sociedade política, refletindo além disso o clima ideológico do debate na sociedade civil mais ampla, mas também, e isso não pode ser esquecido, não deixa de ser um elemento ativo na criação e no desenvolvimento do debate ideológico, na formação da consciência política e na transformação da situação e da prática das classes sociais. Levando também em conta que ela tem uma função importante na formação dos intelectuais e de que esses, ao mesmo tempo, expressam e transmitem a situação geral, mas igualmente atuam sobre ela e a modificam, podemos concluir pelo papel estratégico e contraditório que a Universidade pode desempenhar na manutenção e na transformação de um determinado bloco histórico". Assim, a Universidade traduz, dinamiza, conserva e renova a sociedade. Depen-

(31) BARBOSA, Wilmar do Valle. "Universidade e Política" in *Encontros com a Civilização Brasileira*. São Paulo, Editora Civilização Brasileira S.A., n. 14, agosto/1979.

(32) SOUZA, Luiz Alberto Gomes de. "Universidade brasileira: crescimento para quê e para quem?" in *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio, Editora Civilização Brasileira S.A., n. 13, 1979.

dendo da ideologia pela qual se direcione o Estado em que está inserida, ela pode refletir uma sociedade de classes (a capitalista), uma sociedade materialista (comunista), uma sociedade reacionária (fascista). Mas pode, do mesmo modo, contribuir para a formação de uma sociedade solidária, humana, orgânica. Tudo depende de seus rumos ideológicos. Ora, se a Universidade for estruturada e se orientar pelos postulados cristãos, conforme os quais terá por meta a formação de uma cultura humanista, a sociedade, de que ela é o centro de propulsão, certamente será uma sociedade onde os homens, todos os homens, fora e acima das classes, se confundam em sua condição de pessoas e como tal sejam considerados. Daí a importância de se tomar como ponto de partida para qualquer projeto político a existência de um Estado realmente democrático. Não há, portanto, como pactuar com o Estado totalitário, comunista ou fascista, em que o homem não passa de mera categoria econômica ou simples atributo do próprio Estado. Nem com o Estado liberal-democrata, abstêmio, passivo, omissivo, ausente, instrumento de dominação de classes, de escravização do homem, nele tratado como simples mercadoria. Há que se tentar um Estado que seja, em verdade, o espelho da própria sociedade nacional. Estado humano e nacional, isto é, ordenado em termos humanísticos mas sem fugir aos condicionamentos do espaço físico e social em que se instala. Num Estado assim, vivo, atuante, teleológico, a Universidade exerce um papel de vanguarda, pois é ela que se adianta no progresso das ciências e dos conhecimentos que conduzem a civilização. A Universidade, num Estado desse tipo, será um aparelho conservador, dinamizador e renovador do próprio Estado.

Por ser humano o Estado, e porque o homem vive, historicamente, num espaço específico e em condições existenciais personalíssimas — econômicas, sociais e políticas —, o Estado há de ser, também, necessariamente, nacional, o que indicará, à Universidade, uma função cultural vinculada aos propósitos estatais de busca de uma ordem política adequada às realidades existenciais de cada país, as permanentes, universais, e as típicas, contingenciais, próprias de cada sociedade, em cada tempo e em cada ambiente.

IV — O ensino é função do Estado. A Universidade e a nação. Escola não é estabelecimento comercial. Fortalecimento da cultura nacional pela Universidade

Um Estado assim, a serviço do homem, mas do homem colocado num tempo e num espaço, teria na Universidade o melhor instrumento de pesquisa e implantação de condições existenciais favoráveis a todos os homens, em cada momento histórico. Disso tudo resulta, logicamente, a necessidade de se estatizarem os institutos de ensino. Dessarte, a Universidade não deve estar em mãos de particulares, pois é algo de muito valioso para que possa ficar sujeita às pressões capitalistas, tão vinculadas, de ordinário, a interesses estranhos aos nacionais, ou, mesmo, colidentes

com estes. A educação, em sua acepção mais ampla, é função do Estado, e a Universidade, por isso mesmo, há de ser posta como órgão do Estado, pois, diz ainda LUIZ ALBERTO GOMES DE SOUZA (33), "o trabalho teórico na Universidade não pode ser discutido em função dele mesmo, nem apenas por seu nível acadêmico, mas, principalmente, por sua repercussão social e pela gama de opções que recobre, no contexto das classes e dos grupos ideológicos".

Da importância da Universidade na obra política do Estado dão exemplo os Estados Unidos, a URSS e o Japão, entre outras nações. Contudo, mais do que nos países desenvolvidos, é em países em desenvolvimento, como o Brasil, que a Universidade há de ser posta acima dos interesses grupais e classistas, operando no sentido do aprimoramento da sociedade nacional.

Urge, por tudo isso, que saibamos reagir contra a postulação capitalística dos "liberalões redivivos", suspeitos que, em nome da liberdade e da livre iniciativa, insistem na defesa de Universidades particulares, as quais, no Brasil — e em qualquer país, em tese —, não passam de estabelecimentos comerciais, onde pouco se ensina e muito se lucra, e onde, não raro, a juventude é doutrinação com propósitos alienadores. Ai porque LAURA DA VEIGA (34) defende um projeto consoante o qual a "Universidade visasse criar o local onde a consciência crítica nacional pudesse florescer e crescer através de busca de soluções para os problemas nacionais", Universidade essa que "seria o centro de amadurecimento da consciência nacional e da busca de alternativas para liberar as potencialidades do País, reprimidas secularmente".

Sim, é bem isso a Universidade que precisamos: um instituto de libertação nacional pelo conhecimento. O que só será possível se ela for colocada como um órgão do Estado. O posicionamento do Estado brasileiro na história está em íntima correspondência com o valor de suas Universidades. Pois a verdade, por todos reconhecida e proclamada, é, como registra ANTÔNIO BARROS DE ULHÓA CINTRA (35), que "a nota característica das obras mais importantes publicadas recentemente sobre Universidades é a participação viva das instituições universitárias no processo evolutivo da civilização contemporânea".

O Estado é um complexo de forças, e uma destas reside na Universidade, que está na base das reformas sociais e econômicas, pois acompanha o progresso cultural do país e utiliza os dados oriundos do desenvolvimento científico e tecnológico, fornecendo-os ao comando político

(33) SOUZA, Luiz Alberto Gomes de. Ob. cit.

(34) VEIGA, Laura da. "Os projetos educativos como projetos de classe: Estado e Universidade no Brasil" in *Educação e Sociedade*. Revista Quadrienal de Ciência da Educação. CEDES, São Paulo, janeiro, 1982.

(35) CINTRA, Antônio Barros de Ulhôa. "A Universidade e os outros níveis de ensino" in *Ciência e Cultura*. São Paulo, v. 34, n. 5, maio/1982.

da nação, que neles assenta o seu comportamento. Assim, "o desenvolvimento integral, biológico, econômico, político e cultural de uma sociedade, como destaca BUNGE, exige a harmonia de fatores de propulsão, dentre os quais discutimos, em particular, os atributos da Universidade" (ANTÔNIO BARROS DE ULHÔA CINTRA) (36).

Assente o reconhecimento do papel da Universidade como órgão central do desenvolvimento cultural do país — e no termo *cultural* hão de estar contidas as tecnologias que possibilitem um desenvolvimento independente também no plano econômico, basilar no contexto estatal —, portanto, reconhecida, também, a sua importância na formação de todos os segmentos da sociedade, logo, e principalmente, na ordenação jurídica da nação, ou seja, na constituição do Estado, então não há como não posicioná-la como, realmente, um órgão do próprio Estado, conceituado este como um instrumento de construção da nação. Dessarte, não podemos transigir na defesa da tese de que a Universidade não deve ser largada ao sabor do jogo liberal-capitalista, pois o liberalismo, em sua projeção econômica, funciona como arma de dominação de classe, e, desse modo, nele a Universidade tem sua missão desvirtuada.

Em princípio (na prática a teoria é outra...), a Universidade, nos países demoliberais, é livre, independente do Estado. Ora, "será mais aconselhável", como "na sugestão do exemplo americano", a Universidade "não depender do Estado como órgão financiador?", pergunta-se DJACIR MENEZES (37), e ele mesmo responde: "Em países subdesenvolvidos, a interrogação comporta visivelmente respostas inteiramente diferentes *et pour cause*. Nem vale a pena demorar neste aspecto de uma alternativa esquemática entre a subordinação ao poder estatal ou às organizações empresariais e confessionais". Efetivamente, em países como o Brasil, a Universidade, se abandonada à própria sorte, está sujeita a ser absorvida por entidades alheias à formação cultural do país, ou, até mesmo, estrangeiras, que, inclusive, dela se podem servir com propósitos imperialistas. Assim, o ensino tem que ser não só nacionalizado como, também, estatizado. Autônomas em sua administração, livres em suas pesquisas e nos seus debates, as Universidades hão, porém, de ser integradas no Estado, como órgãos formadores e condutores da nacionalidade e obedecendo a diretrizes não só humanistas, mas também nacionalistas, pois elas valem como instrumentos de libertação. Ademais, cumpre observar que, mesmo nos Estados Unidos, o Estado não fica alheio ao trabalho das escolas; pelo contrário, favorece-as com financiamentos vultosos, com elas faz doações, a elas encomenda projetos, delas recebe sugestões. O mesmo em outras grandes potências: França, Inglaterra etc. Na URSS ela está estruturada no organismo estatal. O certo é que as sociedades nacionais, em cada tempo e em cada lugar, têm necessidades específicas,

(36) CINTRA, Antônio Barros de Ulhôa. Ob. cit.

(37) MENEZES, Djacir. "Universidade, massificação, elite e outros problemas" in *Carta Mensal*. Órgão do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio. Rio, a. 15 n. 179, 1970.

cabendo às Universidades responder a esse desafio, pois são elas, por sua natureza, que descobrem, apuram e indicam os elementos renovados e renovadores que as ciências fornecem para o Estado impulsionar o progresso e civilização.

Concluindo este Capítulo, julgamos oportuno insistir na necessidade de procurarmos, com apoio, principalmente, na Universidade, um estilo próprio de vida, do que é condição um Estado *brasileiro*, que expresse a nação *brasileira* e vise a fins *brasileiros*. E então é de se lembrar que, para conseguirmos a nossa real independência, firmando-nos e afirmando-nos como nação soberana, precisamos organizar o Estado em termos políticos modernos e realísticos, vendo no Estado não um *mal necessário*, mas um organismo natural, uma pessoa, a Pessoa Nacional, porque a nação aperfeiçoada numa ordem jurídico-política, ou melhor, a própria nação em movimentos ordenados, conscientes, perseguindo fins predeterminados. Desse modo, aceitando o Estado como o órgão natural de comando da sociedade, hão os países, como o nosso, de, dentro de princípios humanistas, tentar um lugar próprio, o seu lugar, na sociedade internacional, o que só poderá ser obtido se eles se adequarem a suas condições personalíssimas, isto é, se respeitarem o meio — físico, social e político — em que se inscrevem. Ou as nações em desenvolvimento agem assim, ou não passarão jamais de simples colônias: “Difícil, senão impossível, é encontrar no mundo de nossos dias, tanto de um quanto do outro lado da Cortina de Ferro, país subdesenvolvido que esteja deixando esta condição, a não ser sob um Executivo forte e esclarecido, que ofereça liderança efetiva e corajosa para as *reformas de base* que se impõem e que consiga despertar no seio do povo a necessária mística para atravessar o Rubicão que leve ao *talke off*” (JOSÉ GARRIDO TORRES) (38).

Estado forte não significa Estado totalitário, tomado este vocábulo em sua acepção vulgar. Estado forte é o que enseje a formação integral do homem, que, assim, será um homem realmente forte, porque pleno. E homens fortes formarão uma nação forte, um Estado forte. Como será *forte* o homem? Por seu aperfeiçoamento cultural. Pelo aprimoramento da inteligência. Pelo conhecimento. Pelo saber. E é aqui que a Universidade tem uma função relevante, situando-se como o órgão de que o Estado se servirá, politicamente, para conduzir a sociedade nacional rumo ao fortalecimento e à independência.

V — *Educação é feita pelo homem, com o homem, para o homem. Quando a política tem um sentido pedagógico. O Estado deve subordinar-se a um sistema de valores*

De fato, a Universidade, situada como órgão do Estado, e inserido este em uma filosofia política — uma ideologia —, pode criar a sociedade. E esta é o que forem as suas escolas. Como o Estado é a própria nação

(38) TORRES, José Garrido. Ob. cit.

em sua forma jurídica perfeita, compete-lhe, por isso, indicar os objetivos maiores a perseguir, cumprindo à Universidade fornecer os elementos que proporcionem a execução dessa tarefa. A Universidade será, assim, um aparelho auxiliar, o mais importante, de que o Estado se valerá para *construir* politicamente a nação. Os estadistas modernos entenderam isso. Aí estão os exemplos dos Estados Unidos, da Rússia Soviética, da Alemanha nazista, da Itália fascista etc. Donde a necessidade de uma ideologia como norte — uma ideologia alta, humana, nela interessando a juventude estudiosa: "... de todos os elementos de que dispõem os Estados modernos, para a obra de assimilação, nenhum prepondera ao da escola, não só porque a ação das instituições educacionais, incidindo diretamente sobre as novas gerações, é tanto mais eficaz quanto mais se exerce sobre massas mais plásticas e maleáveis pela idade, como também porque, só por meio da ação sistemática das forças sociais, concentradas nos sistemas de cultura e de educação, é possível dar à sociedade uma orientação, uma fé, uma atitude moral, que permita ao país reerguer-se, pelo acréscimo de domínio científico sobre o mundo exterior e, especialmente, pela plena posse e domínio moral de si mesmo. É por isso que na escola — um dos mais poderosos fatores de assimilação — o Estado tem ido sempre procurar apoio à sua política, quer de organização, quer de conquista, quando a necessidade o impele, como na Itália ou na Rússia, a canalizar todas as forças concretas de um povo para um fim supremo e único, e o leva, em consequência, a difundir uma educação que tenha por base a vivificação da consciência nacional adormecida" (FERNANDO DE AZEVEDO) (39).

O que não se deve perder de vista é o fato de que é o homem quem dirige os acontecimentos e que o homem é um ser teleológico, visa a fins, age em conformação com motivos, e, para atingir seus objetivos, usa processos condizentes com o meio em que vive. Entre esses processos, o mais valioso é a educação, pela qual ele pode desenvolver harmoniosamente e o mais completamente possível as suas potencialidades. Dessa maneira, é de se reconhecer, com LOURENÇO FILHO (40), que a educação "não é um fato isolado, uma prática que se possa pôr à margem da vida ou acima dela. Uma parte desse processo é intencionalmente organizada pelo homem, e passa a ser disciplinada ou sistematizada por objetivos que ele crê os melhores, dentro dos quadros da vida coletiva do momento. Nessa parte, há uma composição ideal, que não será nunca para desprezar-se". Disso ressalta a necessidade de se tentar uma sociedade modelada por um ideal, inspirado numa filosofia humana, que só esta pode indicar caminhos e rumos políticos seguros e elevados para os homens. E como é

(39) AZEVEDO, Fernando de. "A Universidade nacional e a educação" (Conferência pronunciada dia 7 de setembro de 1935, na Universidade do Paraná) in *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação*, cit.

(40) LOURENÇO FILHO. "Tendências da educação brasileira" (Conferência realizada no DIP, em maio de 1940) in *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação*, cit.

o Estado que incorpora, ordena, dinamiza e orienta a nação, a ele deve caber a responsabilidade do processo educacional do povo.

A Universidade — centro da educação em seu sentido mais amplo — cresce em valor na sociedade contemporânea, dada a missão superior que lhe está reservada na formação do homem e na vivificação do Estado. Não há mais, por isso, como separar-se a Universidade do Estado, a educação da política: “Existem, bem entendido, entre a ciência e a política, liames de interdependência. A ciência contemporânea está ligada ao poder por necessidade, porque só este é capaz de lhe fornecer os meios financeiros indispensáveis; daí a existência de uma política da ciência, justificada pelo fato de que a ciência, ao lado de suas aplicações, é uma auxiliar do poder, um instrumento de força. Estas reações inevitáveis se enredam não mais no espaço puro da utopia, mas no domínio conflitual da rivalidade entre as nações. Ainda menos do que a política, a ciência não é inocente; indiferente ao bem e ao mal, pode contribuir para curar certos males da humanidade; pode, também, suscitar o aniquilamento da humanidade em algum cataclisma atômico” (GEORGES GUSDORF) (41).

Estado e Universidade — cultura e política — agem, pois, irmanados. “O saber — diz ainda GEORGES GUSDORF — é um dos maiores instrumentos da potência das nações”. O comércio, a indústria, a própria guerra, tudo isso são confrontos culturais entre as nações. Onde a necessidade e a urgência de informar as sociedades mediante princípios de uma ideologia humanista, em que o homem seja posto como valor fundamental, em torno e em função do qual girem todas as coisas. Se não conseguirmos estruturar os Estados nesses modelos ideológicos de inspiração cristã, correremos o risco de utilizar o conhecimento para o mal, e não para o bem, e, então, por exemplo, a energia atômica não será usada para fomentar indústrias ou curar doenças, e, sim, para destruir Hiroximas e Nagazakis.

Tanto quanto o progresso científico, também o econômico está intimamente ligado à Universidade, vez que nela é que germinam e florescem as pesquisas que, cristalizadas em conhecimentos, favorecem o aproveitamento racional das riquezas de um país. Pelo menos nos países mais evoluídos assim aconteceu, o mesmo não sucedendo, infelizmente, no Brasil, onde, em diversas regiões, o processo econômico, seja na área industrial ou agrícola, na mineralógica ou na pecuária, funciona em formas obsoletas e com rendimento precário: “A evidência histórica tem revelado que a relação entre a educação superior e o desenvolvimento econômico sói diferir, no tempo e no espaço, e que o vínculo causal nem sempre atua na mesma direção. Enquanto algumas situações específicas evidenciam que o papel da Universidade foi ativo no sentido da promoção de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que acicataram o desenvolvimento, noutras — a brasileira, por exemplo — esse desempenho foi

(41) GUSDORF, Georges. Ob. cit.

nulo. A economia e a educação evoluíram de forma desvinculada” (JOSÉ MARCELINO MONTEIRO DA COSTA) (42).

A Universidade *não existe* para servir ao capitalismo ou a interesse classista. Mas *pode* ser usada para isso e assim tem acontecido. Entretanto, por sua natureza e funções, ela transborda das postulações das diferentes categorias profissionais e dos grupos financeiros e econômicos. Integração superior das diversas formas de educação — a moral, a social, a política, a científica, a jurídica, a militar, a espiritual etc. —, a Universidade busca uma compreensão global dos problemas de todos os homens, não, portanto, em função do posicionamento destes nas classes, e, sim, situando-os como valores humanos que ultrapassam as contingências profissionais, visando exclusivamente à composição da sociedade nacional em termos harmônicos, fraternos, solidários e humanos. Visa, assim, à educação do povo, e povo são todos os homens, é a nação, isto é, os homens todos vivendo num determinado espaço físico e unidos por laços de sangue, de interesses e de idéias. A Universidade é, pois, como órgão do Estado, um aparelho propulsor e coordenador do desenvolvimento global da nação, devendo colocar-se acima de interesses particularistas e de procedimentos discriminatórios.

A Universidade precisa, pois, de agir em sincronia com o Estado, neste integrada, e isto pressupõe um Estado de fins precisos, portanto, um Estado ideológico. O Estado, tendo na Universidade um instrumento de pesquisas, de estudos, de conhecimentos, poderá ser sempre um Estado atualizado, e a Universidade, assim posta como um aparelho estatal, melhor servirá à sociedade, equipando-a, quando necessário, para a execução de seus misteres, em todos os setores de atividade: “Ao voltar-se para a análise das condições concretas de vida dos homens, de suas necessidades e interesses, assim como de suas contradições e lutas concretas, a Universidade passa a tomar consciência do estreito relacionamento que entre ela e a sociedade existe. Ela passa a ser função da sociedade, só podendo ser entendida no âmbito dessa, não dispondo mais de autonomia de funcionar divorciada do momento histórico respectivo, de sua herança cultural e da necessidade de reflexão constante sobre o seu papel dentro da sociedade a que serve” (JOSÉ MARCELINO MONTEIRO DA COSTA) (43).

Instituição social, a Universidade reflete a sociedade, ao mesmo tempo que a dinamiza, a vivifica, a esclarece, a conscientiza. Ela está na base e na essência de todo desenvolvimento social. Buscando, em cada plano de atividade e em todos os segmentos sociais, o pleno desenvolvimento das virtualidades humanas. Através da filosofia, das artes, das letras e das ciências, ela tenta a sociedade perfeita. Onde a importância que o Estado lhe confere. Aí porque, hoje, no Estado moderno, se deve conceituar a Universidade como órgão do Estado, órgão que é como um verdadei-

(42) COSTA, José Marcelino Monteiro da. Ob. cit.

(43) COSTA, José Marcelino Monteiro da. Ob. cit.

ro Poder do Estado. Desse modo, a Universidade, "essencialmente uma organização social", "está condicionada ao sistema de crenças, interesses e forças dominantes em seu espaço sócio-cultural, devendo estar aberta às múltiplas solicitações advindas da sociedade que se desenvolve e se transforma, a fim de não se apresentar defasada" (MARIA DAS GRAÇAS TARGINO) (44). Conseqüentemente, se o Estado é um Estado informado em uma ideologia humanista, terá na Universidade, igualmente orientada por essa filosofia, um auxiliar poderoso em sua missão política de edificar a nacionalidade.

Atualmente, a Universidade, situada numa sociedade formada nos dogmas da liberal-democracia — ou seja, uma sociedade agnóstica, atomística, conservadora, classista, imediatista, reacionária e desumana —, não tem como contribuir para que o Estado execute um projeto político verdadeiramente humano e democrático: "O conjunto é sempre profundamente conservador e reacionário, pois a minimáquina administrativa e acadêmica da escola está estruturada à imagem e semelhança da grande máquina estatal capitalista" (PAOLO NOSELLA) (45). Isso explica a necessidade de se colocar como ponto prioritário de qualquer política a definição de uma ideologia pela qual se oriente o Estado. Porque é o homem quem faz a história. E o homem é o que forem seus ideais. No caso brasileiro, a doutrina cristã deve ser o norte político. O caminho. O rumo. Então, a Universidade, cristã, desempenhará todo o seu trabalho, filosófico ou científico, literário ou artístico, em função do homem e visando ao homem. Ou seja, atuará, sempre, no sentido da satisfação das necessidades do homem, de todos os homens, estes irmanados em uma sociedade orgânica e solidária. Enquanto, porém, sobexistir o regime liberal-democrata, o Estado será um Estado *ausente*, mero espectador da feroz e desigual competição entre os homens, abandonados estes à própria sorte, segundo o postulado fundamental do sistema: *laissez faire* ... E a Universidade, em um Estado assim, um *Não-Estado*, operará, igualmente, em função de um critério classista, privilegiador, explorador, escravizador, pois sem conteúdo humano. Basta, para se comprovar essa verdade, ter em conta o alto custo do ensino privado no Brasil. Tanto nas escolas primárias quanto nas secundárias e superiores, paga-se um preço muito elevado para se instruir. Ora, no mundo capitalista, de inspiração liberal, a sociedade dividida entre nababos e miseráveis, a educação fica praticamente vedada aos integrantes das camadas menos favorecidas: "O custo do ensino, por si só, explica a inadequação da escola aos segmentos menos privilegiados da população" (LIA FUKUI, EFIGÊNIA SAMPAIO, LUCILA BRIOSCHI) (46). Mas não é só no Brasil. A

(44) TARGINO, Maria das Graças. "A Universidade brasileira no momento atual" in *Educação Brasileira*, cit.

(45) NOSELLA, Paolo. "A Dialética na administração escolar" in *Educação e Sociedade*, cit.

(46) FUKUI, Lia; SAMPAIO, Efigênia e BRIOSCHI, Lucila. "Escolarização e Sociedade: um estudo de exclusivos da escola" in *Educação e Sociedade*, cit.

imprensa carioca divulgou notícias vindas dos Estados Unidos falando da existência, lá, de milhões de analfabetos. É que, como a Universidade reflete a sociedade, a sociedade capitalista favorece a implementação de Universidades de inspiração classista, discriminatórias, inacessíveis às pretensões das massas. É uma Universidade de elites, mas das elites do dinheiro, apenas, nem sempre as verdadeiras. Estas, tão necessárias, não de ser constituídas à base do valor dos estudantes, sem preocupações com seu *status* financeiro ou social. Por tudo isso o ensino deve ser gratuito, em todos os graus, mas, para que isso aconteça, ele há de ser ministrado exclusivamente pelo Estado.

Voltando ao significado do ensino em si, como força motora da sociedade, é de se acentuar, com PEDRO LINCOLN CARNEIRO LEÃO DE MATTOS⁽⁴⁷⁾, que “o ensino superior sempre foi área de atenções especiais do Governo por motivos político-estratégicos”. E ele relembra que, durante o período colonial, os esforços dos jesuítas, em prol do ensino no Brasil, esbarraram nos atos em contrário do poderoso Marquês de Pombal. Recorda o aparecimento das escolas superiores públicas e religiosas, no começo do século XX, sob a influência do credo positivista. Fala do Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911, de Rivadávia Correia, instituindo a liberdade de ensino e a autonomia para as escolas superiores. Refere-se à criação da Universidade do Rio de Janeiro, em 1920. Cita a atuação, mais tarde, de Francisco Campos e Gustavo Capanema, quando se estabeleceu um estreito relacionamento entre a educação e as lideranças intelectuais e científicas da época e que colaboraram na feitura de projetos do Ministério da Educação. Refere-se ao Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931) que incorporou as conclusões do Congresso de Ensino Superior, e enumera outras iniciativas do Poder Público, sempre atento a todos esses eventos. Dessa maneira, a tendência desde a Colônia, é para o controle oficial do ensino. O que não só *pode* como *deve ser* feito. Mas, por um Estado que, de conteúdo cristão, tenha por meta servir ao homem. Estado que se insira num processo cultural a ser levado avante pela Universidade e outras escolas, com o apoio do Estado e rumo aos fins objetivados pelo Estado, em nome da nação que ele representa. A Universidade há de ser comprometida nessa ação política, pois ela “é um centro de poder ideológico e, portanto, uma instância fundamental, cujo controle é disputado por aqueles grupos sociais (frações de classe) que pretendem impor suas próprias concepções sobre a sociedade” (LAURA DA VEIGA)⁽⁴⁸⁾. Tal é, em verdade. E eis porque havemos de querer uma Universidade em que se superem os interesses de classe, o que só será possível num Estado que promova a harmonização das classes, à base da redução das categorias profissionais à natureza humana dos que as

(47) MATTOS, Pedro Lincoln Carneiro Leão. “Quadro histórico da política de supervisão e controle do Governo sobre as Universidades federais e autárquicas” in *Forum Educacional*. Rio, Fundação Getúlio Vargas, v. 6, n. 3, 1982.

(48) VEIGA, Laura da. Ob. cit.

integram, coisa inexecúvel no Estado demoliberal, no Estado comunista ou no Estado fascista, retratos de sociedades desumanas, pois, no Estado liberal, o homem não passa de simples mercadoria ao sabor do jogo da livre concorrência (entre concorrentes de forças desiguais...); no Estado comunista o homem é tido como simples joguete das forças e relações de produção; e no Estado fascista ele é posicionado como um mero atributo do próprio Estado. Em nenhum deles, portanto, o homem é.

A Universidade é, realmente, um centro de poder ideológico. E o rumo ideológico do Estado, quem o traça é o Estado, em que a Universidade se insere como um órgão propulsor do desenvolvimento cultural. Não é tarefa da Universidade, portanto, servir a classes ou frações de classes, à burguesia, à nobreza ou ao proletariado, e, sim, a todos os homens, de todas as profissões e de todas as camadas sociais, à nação. Que se proclame, então, mais uma vez: antes de tudo e sobretudo, temos que implantar, no Brasil, um Estado verdadeiramente democrático. só possível se ele for modelado e informado pela ideologia cristã.

VI — *A Universidade e a integração das ciências. A organização da cultura, a especialização e a atomização da sociedade. A sociedade é um todo orgânico e como tal deve agir. Papel da Universidade no Estado brasileiro*

Talvez decorrência da filosofia individualista que, através do sistema demoliberal, estruturou os Estados após a Revolução francesa, espalhou-se, pelos quatro cantos da terra, a mania das "especializações", que passaram a constituir mais uma marca dessa sociedade política atomizada e conflituosa que ainda perdura, os homens e as nações agindo em função apenas de apetites insaciáveis, num egoísmo feroz.

Se a filosofia individualista isolou os homens e as nações em seu egoísmo, a especialização separou as ciências em suas pretensões, uma e outra ferindo a organicidade natural das coisas.

Ora, assim como o homem, sobre ser um indivíduo, é uma pessoa e, como tal, se integra num contexto social, onde deve agir solidariamente, assim as ciências particulares não de, sem se descaracterizarem, ser integradas num todo de conhecimentos homogêneos, pois só assim os seus êxitos poderão ser racionalmente utilizados no sentido do progresso geral e total da sociedade.

Isso implica reconhecer que a Universidade tem de funcionar entrosada com as diversas instituições, num sistema de trocas, de fluxos e refluxos, em que tudo se movimenta segundo razões definidas e propósitos predeterminados.

O Estado estará na base e no centro de tudo, como motor que é da sociedade, desse motor sendo energia propulsora a Universidade: "... a discussão do problema do controle social é inteiramente abstrata quando

não se relaciona com o fundamento da sociedade como um todo, e sim artificialmente dividida em compartimentos estanques, como a economia, a ciência política, a administração, a educação. Enquanto nos especializarmos apenas num desses campos, sua natureza nos estará oculta. Não compreendemos que todas essas ciências aparentemente separadas estão de fato inter-relacionadas, que se referem a técnicas sociais cuja finalidade é assegurar o funcionamento da ordem social, fazendo com que uma influência adequada se exerça sobre o comportamento e as atitudes dos homens. Uma vez reconhecida essa unidade de propósito, o caráter político e social de todas as instituições humanas se tornará claro" (KARL MANNHEIM) (49).

Vendo as coisas com amplitude e profundidade, podemos qualificar a Universidade como, também, uma instituição política e social. Porque ela serve à construção da sociedade em função do desenvolvimento cultural do homem. Mas só cumprirá satisfatoriamente a sua missão se se identificar permanentemente com a sua própria natureza da instituição universal, isto é, que se orienta, em seus estudos e pesquisas, em busca do conhecimento em sua totalidade, como um saber completo, integrado por todos os saberes, e disso é pressuposto a colocação do homem (eixo da sociedade, em torno e em função do qual tudo se organiza) também na integralidade de ser material e espiritual, de indivíduo e de pessoa, de profissional e de cidadão, de ser do mundo e de ser nacional. As ciências não podem ser isoladas; o homem precisa da contribuição de cada uma de per si, e de todas em seu conjunto, para aperfeiçoar-se e aperfeiçoar a sociedade. Isso tem de ser feito na e pela Universidade, posta — repitamos — como órgão do Estado, este um Estado humano e de fins precisos: "A educação só poderá ser compreendida se soubermos para que sociedade e posição social os alunos estão sendo educados" (KARL MANNHEIM) (50). Educar é ensinar a viver. É formar o homem. Viver como? Formar para quê? Não se educa por educar, não se vive por viver, tudo que se faz é feito consoante uma razão e uma finalidade, e isso tanto vale para os indivíduos como para os povos.

Cresce, portanto, em significado e em importância, o processo ideológico a adotar no Brasil, com vistas à reformulação da estrutura política do Estado e, dentro desta, à identificação da Universidade com o homem brasileiro e os problemas do Brasil: "... há uma grande missão a desempenhar pela Universidade brasileira, desde que adequada ao nosso meio, e que há de ser a de acelerar a preparação de uma classe dirigente capacitada para encontrar as soluções que nos convêm. Não temos tempo para esperar que os novos líderes venham do curso médio e muito menos do primário. A Universidade é a trincheira onde a nova classe se terá de formar. Uma classe que viva menos de "slogans" e mais do estudo dos grandes autores que se debruçaram no passado sobre nossos problemas e

(49) MANNHEIM, Karl. *O Homem e a Sociedade*. Trad. de Waltencir Dutra. Rio, Zahar Editora, 1982.

(50) MANNHEIM, Karl. *Ob. cit.*

se debruçam no presente, e da consideração objetiva e pragmática de soluções brasileiras para problemas brasileiros. Uma tal atitude nos levará, fatalmente, à conclusão de que o homem brasileiro é o recurso em que mais se deve investir" (JOSÉ GARRIDO TORRES) (51). O homem é o valor fundamental, porque é o agente da civilização. Daí o papel marcante da Universidade no processo civilizatório. Porque é ela que *forma* o homem, preparando-o para a vida profissional e para a vida na sociedade. Ora, o homem mais perfeito é o que desenvolve de maneira harmoniosa e plena todas as suas virtualidades. O homem, portanto, mais *universal*. Mas o homem não vive no mundo das abstrações, e, sim, num meio determinado. Meio físico e meio social. E vive numa época. Em condições específicas. Assim, não vive, apenas, *universalmente*, mas, ainda, *nacionalmente*. A Universidade tem de considerar tudo isso, pois o homem que ela forma ela o forma para servir ao país, não somente como homem, mas como homem desse país.

Condição *sine qua non* para um desenvolvimento nacional brasileiro independente é nos libertarmos de vez dos prejuízos dessa ideologia demoliberal, já caduca, e que certos "medalhões" de nossa política se esforçam por salvar dos escombros. E nos convenceremos da verdade de que, fora de uma compreensão cristã do homem e do universo, não há salvação.

Temos, igualmente, que nos inspirar em nossas coisas, trabalhar nossas coisas, viver nossas coisas. É que o Brasil foi sempre "vítima do imperialismo cultural exercido por outros povos", lembra JOSÉ GARRIDO TORRES (52), que adverte, mais, ser "desastroso dispor de uma elite heterogênea, formada sob as influências mais distintas dos países onde estudou, romântica, desenraizada, inautêntica, atormentada por um complexo de inferioridade, que ignorava as virtualidades de nossa gente e confundia seus anelos, não conhecendo, tampouco, a chamada problemática deste imenso país, de tão acentuados contrastes, ou a tão decantada *realidade brasileira*, para a qual tanta preocupação havia em adotar modelos que, freqüentemente, nada em comum apresentavam com a nossa situação ou estágio evolutivo".

A adoção do regime liberal-democrata, a implantação do sistema federalista, o sufrágio direto universal, e, mais do que tudo, a Constituição de 1891, são exemplos gritantes dessa alienação cultural dos homens a quem estava afeta a condução política do Brasil. Homens como existem tantos, ainda hoje, perambulando por aí, nos palácios, nos Ministérios, no Parlamento, na imprensa, nas organizações empresariais, como verdadeiros fantasmas vindos de um outro mundo...

Integrada no Estado, e como este, sem desrespeito ao seu conteúdo humano, tem de ser nacional, a Universidade, conseqüentemente, entre nós, há de ser eminentemente brasileira. A cultura, em essência universal, inclui, necessariamente, elementos de todas as culturas, e estas se diferen-

(51) TORRES, José Garrido. Ob. cit.

(52) TORRES, José Garrido. Ob. cit.

ciam nos espaços e nos meios em que surgem e florescem, expressando valores típicos, razão por que, como quer NEILSON RODRIGUES⁽⁵³⁾, a Universidade, “força de transformação na sociedade”, representa “a própria produção do saber, que se transforma em revolucionista na medida em que saber significa tomada de consciência histórica”. Ora, tomada de *consciência histórica* é tomada de conhecimento, é assunção de atitude, num espaço e num tempo, face aos acontecimentos relacionados com os problemas dos homens, em sua condição humana e em sua condição de nacionais. A Universidade há de entender isso e funcionar sem fugir desse entendimento.

Entretanto, aceitando, embora, que a Universidade, por força de imposições históricas, atue dentro desse realismo, vinculando o universal ao nacional, o certo é que, em si, ela não poderá jamais fugir à sua essência humanista fundamental, pois é de sua natureza, prioritariamente, a perseguição de Projetos que envolvem o homem como homem, independentemente de sua nacionalidade. Porque, acima do ideal de cada homem, há o ideal comum de todos os homens, e, acima do ideal de cada povo, há o ideal de todos os povos. Há um ideal comum a todas as nações, e a Liga das Nações, ontem, hoje a Organização das Nações Unidas, são reflexos reais, conquanto bruxoleantes, desse sonho universalista de uma composição humana interessando todos os povos. Quimera? Talvez, o que não nos deve desesperançar, porque (GEORGES GUSDORF)⁽⁵⁴⁾ “a utopia tem um sentido positivo; não é ela aqui uma espécie de fantasma irrealista, pois é ela que inspira e transfigura o real. Carente desta inspiração escatológica, o mundo humano arrisca tornar-se um deserto de sentido e de valor, como se vê muito bem no vir-a-ser absurdo do mundo atual”.

A Universidade surgiu com um sentido universal e assim deve continuar. Buscar as perdidas origens. Volver à sua intenção original, o propósito com que apareceu na era medieval: a liderança do processo civilizatório, entendido este como um desenvolvimento integral do homem e da sociedade, à base da integração das ciências e sua ordenação pela filosofia. Só assim conduzirá a sociedade para fins predeterminados. A filosofia dá, assim, as diretrizes. E é na Universidade que, pelo aprimoramento da cultura, se define, se apura e se firma uma ideologia, na qual se informa o Estado, que a institucionaliza, a dinamiza, a consolida. Os caminhos da sociedade devem, pois, ser traçados pelo Estado, através do estudo integrado das ciências, das artes, das letras e da filosofia, levado a efeito na Universidade. Esta é, repitamos, o dinamismo central da sociedade. Logo, tem que partir de uma motivação e se dirigir a um fim. Sim, porque — lembra CREUZA CAPALBO⁽⁵⁵⁾ — evocando o exemplo alemão, “a Universidade não é um *ser natural*, subordinado às leis naturais da natu-

(53) RODRIGUES, Neilson. “Autonomia e Universidade, uma questão política” in *Educação e Sociedade*, cit.

(54) GUSDORF, Georges. “Crise de Universidade e crise de valores” in *Convivium*. São Paulo, a. 15, n. 3, 1975.

(55) CAPALBO, Creuza. “Reestruturação da Universidade brasileira” in *Convivium*. São Paulo, v. 28, jul./ago. 1983.

reza. O seu reino é o de "dever ser", ou seja, o reino das relações ético-sociais. A sua unidade é a da ordem do significado que a Universidade terá, e que será obtido na tessitura da convivência social no meio acadêmico, em vista à finalidade da Universidade. E qual é esta finalidade? Mais uma vez o acordo se fazia quando diziam ser a busca da verdade científica e filosófica, em sua íntima vinculação com a dimensão social, ou seja, ela deve *servir ao homem* e portanto à nação alemã, mas sem perder de vista a busca desinteressada da verdade".

Sendo, assim, como realmente é, do reino do "dever ser", a Universidade se coloca no contexto social (que movimenta e qualifica, pois obedece a uma orientação filosófica que lhe abre uma visão global do homem e da sociedade) como um órgão do Estado, que, em sua autenticidade, é um instrumento de construção nacional do povo. Assim, o Estado há de ser como que uma *ideologia em ação*, isto é, movimentar-se em função de uma filosofia, que só esta diz *como* e *para que* construir, ou seja, dá os fins e indica os caminhos para alcançá-los.

Inspirado na filosofia cristã o Estado visa servir ao homem — o *homo*: *todo e todos os homens*. Isto é, enfoca o homem na universalidade de suas virtudes, de modo a favorecer a sua plena realização como indivíduo, como ser familiar, como profissional, como membro de uma comunidade, como célula ativa de uma nação. Busca o homem na sua totalidade e, através do homem total, uma sociedade plenamente humana. Esse projeto, o Estado o persegue com e pela Universidade, centro de estudos, de debates e de pesquisas, onde se formam e desenvolvem as melhores inteligências do país. A Universidade, livre na procura da verdade científica, é, no entanto, um componente político do Estado, na medida em que participa, prioritária e predominantemente, do processo de edificação da sociedade. Através do conhecimento, serve ao homem, ao homem em si e ao homem situado num espaço e num tempo, ao homem que tem uma "raça" e uma história que pertence a uma nação. Assim, a Universidade deve, igualmente, estar a serviço da nação: "A universidade é subordinada ao Estado, devendo servir à nação e à humanidade" (FICHTE) (56).

VII — *A Universidade não pode ser neutra. A educação e o destino da sociedade nacional. Nossa formação é cristã. A educação é agente e não fruto da sociedade. Um sentido para a educação brasileira*

Escreve MIGUEL GONZÁLEZ ARROYO (57): "Nenhuma organização do trabalho é neutra, menos ainda a organização do trabalho educativo". Nessas poucas palavras está compreendido o sentido mais vasto e profundo do trabalho universitário. Porque o trecho contém a substância

(56) FICHTE apud Creuza Capalbo. Ob. cit.

(57) ARROYO, Miguel González. "A Reforma na prática: a experiência pedagógica do mestrado da FAE — UMFG" — in "Educação e Sociedade", cit.

mesma do processo educativo. A educação é teleológica: educa-se por uma razão e objetivando-se um fim. E se educa dentro de um tempo, de um espaço, de uma ambiência social, de um condicionamento político, de um projeto histórico. A “arte pela arte”, a “ciência pela ciência”, o “saber pelo saber”, são “slogans”, ou melhor, vícios de um liberalismo já superado. O Estado moderno quer o saber para fazer do homem o homem pleno e da sociedade uma sociedade fraterna, igualitária, livre, justa, responsável. E a Universidade, como órgão do Estado, deve ajustar-se a esse propósito, como viu, com amplitude, ANTÔNIO JOAQUIM SEVERINO⁽⁵⁸⁾: “Acreditamos que a questão fundamental que se deve colocar à educação brasileira diz respeito a seu próprio significado de um projeto histórico, do projeto existencial que se deve dar à comunidade brasileira, a busca de seu destino e de sua civilização. Sem dúvida, estamos diante de uma questão eminentemente filosófica, tarefa que cabe à filosofia da educação equacionar adequadamente, não sem antes recorrer, também, à filosofia social e à filosofia da história, mediante as quais se fundamenta numa antropologia filosófica, alicerce último de toda reflexão sobre o realizar-se do homem. Esta questão antropológica situa-se, pois, no meio ontológico da problemática educacional brasileira: trata-se de explicitar qual o sentido possível da existência do homem brasileiro como pessoa situada na sua humanidade e em seus momentos históricos”.

Esse, em verdade, o grande problema: como deve ser a sociedade brasileira? Como construir essa sociedade? Como agir nessa sociedade? Como direcioná-la? Como aperfeiçoá-la? É de procurar-se, então, o *eterno* e o *contingente*, o *universal* e o *nacional* no homem brasileiro, para dentro de um humanismo permanente e de uma realidade nacional variada e variável, tentar-se uma sociedade em que todos os homens usufruam equitativamente dos benefícios da civilização. Quem somos? Que desejamos? Para onde vamos? À Universidade incumbem as respostas. No Brasil, temos uma origem cristã, uma formação cristã. Cristão deve ser o sentido de nossa civilização. Assim, o trabalho educativo, no Brasil, deve ser balizado pelos parâmetros indicados pela doutrina cristã. “O que queremos ressaltar – comenta, ainda, ANTÔNIO JOAQUIM SEVERINO⁽⁵⁹⁾ – é que o desafio mais radical que se impõe à educação brasileira é o questionamento de seu próprio sentido em função do projeto civilizatório brasileiro. Afinal, estamos vivendo uma crise total de civilização e todo esforço para a articulação de um projeto político e social para a população brasileira pressupõe que se discutam questões básicas relativas à dignidade humana, à liberdade, à igualdade, ao valor de uma existência comunitária, às perspectivas de um destino comum, tendo em vista a civilização que se busca construir.”

(58) SEVERINO, Antônio Joaquim. “A problemática educacional brasileira e a questão didática no ensino superior” in *Educação e Sociedade*, cit.

(59) SEVERINO, Antônio Joaquim. Ob. cit.

Perfeita, a análise. Pois o homem, sendo um ente teleológico, a educação — processo de formação do homem — há de, decorrentemente, ser teleológica. Como teleológico há de ser o Estado, onde se integra a nação. O marxismo informou o Estado soviético. O nazismo estruturou o Estado alemão. O fascismo modelou o Estado italiano. Os sacrifícios, as renúncias, as lutas, o desespero e as esperanças do povo russo, do povo alemão e do povo italiano tiveram uma motivação, uma explicação, e ditaram um objetivo, pelo qual eles lutaram, seus ideais projetados nos seus Estados. Já no Estado liberal nada disso ocorre. Estado e nação não se integram. O Estado liberal é mera ficção. Por isso, um Estado abstrato, ausente, abstermido. Que não reflete a nação. Que não modela nada, nada conduz. Vê as coisas acontecerem segundo as manejem os homens capazes de fazê-lo, sem delas participar. Estado do *deixar fazer*, *deixar passar*. Pelo que serviu à selvageria capitalista, responsável pela implantação no mundo de uma sociedade desumana, utilitária, materialista e escravocrata.

A educação brasileira há de orientar-se num sentido humano, eis que é inspirada na doutrina cristã. Buscando a realização do homem total, independentemente de sua raça, de sua classe, de sua nacionalidade, homem que não pode ser tratado como mercadoria, nem confundido com atributo do Estado, nem subordinado às forças e relações de produção... Do homem universal, eterno, feito à imagem de Deus. Mas de um homem que vive, igualmente, num espaço próprio e diferenciado, cercado de outros homens que vivem em outros espaços também diversificados. A Universidade, em sua missão de preparar o homem dentro desse ideal e dessa realidade, há de estar posicionada no organismo estatal, pois só pelo Estado se ordena racionalmente e se conduz conscientemente a sociedade. Por tudo isso, afirma, ainda, ANTONIO JOAQUIM SEVERINO⁽⁶⁰⁾, “é radicalmente prioritário, em relação às questões didáticas, discutir o significado de nossa educação no contexto de nossa vida social concreta, uma vez que ela, a educação, é fruto, e deveria ser agente, desta vida social e política da nação. Todo projeto educacional será necessariamente um projeto político e não há como evitá-lo. Conseguir fazer, portanto, com que o nosso estudante, nos diferentes níveis de sua formação, adquira a consciência desta dimensão política da educação, parece inadiável compromisso dos educadores atuais”.

Educar, pois, o homem brasileiro para, sem prejuízo de sua condição humana, viver em função de uma realidade nacional específica, logo, para tentar caminhos próprios e rumos definidos em seu processo civilizatório, aí o papel a ser desempenhado pela Universidade, posta como órgão do Estado.

Que não se alegue, quando propomos a adesão da Universidade ao Estado, na busca de uma civilização cristã, que religião e política têm planos distintos de atuação. Religião se liga à filosofia, às ciências, também à política. O mundo dos conhecimentos é vasto e profundo, e nele os

(60) SEVERINO, Antônio Joaquim. Ob. cit.

valores estão interligados. Todos influem sobre todos. No caso do cristianismo, há que considerar um fato fundamental: Cristo. Que não é só Deus, mas também homem. Que viveu entre os homens e morreu pelos homens. Ele não preparou os homens somente para a "outra" vida, mas, igualmente, para a vida terrena. Quando Ele pregou o amor ao próximo fixou as bases do solidarismo. E quando expulsou os vendilhões do templo condenou os sistemas que colocam a voracidade do lucro acima da dignidade humana. Cristo quer a igualdade e a justiça, a hierarquia de valores, a dignidade, a fraternidade. Tudo aqui mesmo, neste mundo. Ele não pregou para os anjos, mas para os homens. Assim, havemos de compreender e proclamar, com LEONARDO BOFF (61): "A comunidade cristã e a comunidade política não são dois espaços fechados, mas abertos, por onde circula o cristão: na comunidade cristã, este celebra e alimenta sua fé; aí ele ouve a palavra de Deus que o envia para o compromisso para com seus irmãos; na comunidade política age e atua ao lado de outros, realizando concretamente a fé e a salvação; aqui ele escuta a voz de Deus que o chama a expressar-se na comunidade cristã. Tanto um espaço quanto o outro vem recoberto pela realidade do Reino de Deus que se realiza, embora sob signos diferentes, num e noutro espaço". Assim é, em verdade. Porque a doutrina não é só para ser pregada. É para ser, igualmente, realizada. O ideal nasce do real e tende a concretizar-se no real. A doutrina cristã não pode ficar insulada nos templos, tem de ser vivida na sociedade: nas ruas, nos quartéis, nos lares, no Parlamento, nos palácios, nas escolas, nas fábricas. Ali onde estão a cruz gamada, a foice e o martelo. As instituições políticas, que movimentam a sociedade, são a cristalização de ideologias. Dessarte, o cristão não pode limitar-se a propagandear o cristianismo, há de procurar vivê-lo. Ele tem de atuar onde atuam o ateu, o anticristão, o agnóstico. Para isso ele foi doutrinado. Por isso é que foi sacrificado no circo e viveu nas catacumbas. O campo político não pode, portanto, ficar fechado ao cristão, nele agindo, somente, os não-cristãos e os anticristãos. Cristianismo, em sua projeção terrena, é luta, é a cata de um ideal. A sociedade cristã, para ser mesmo uma sociedade cristã, há de expressar a doutrina cristã. Cristo em César, César em Cristo. No Brasil, País cristão, a Universidade, inserida no Estado, deve colaborar nessa missão. Isso tem de ser aceito, sentido, compreendido e procurado. Porque só assim teremos reencontrado a razão de um trabalho a efetuar, eis que, como ensina ALCEU AMOROSO LIMA (62), "o primeiro passo para dar à nossa pedagogia uma importância decisiva, para o futuro da nacionalidade, é reconhecer que nada será feito sem um trabalho prévio de fixação dos princípios que nos devem governar". E então, cabe perguntar: estudar para quê? E aí está por que os projetos políticos, vendo-se no Estado um ente teleológico, incluem os projetos pedagógicos. Ora, se é pelo Estado que se constrói a nação, se nação é a sociedade, se a sociedade é a totalidade

(61) BOFF, Leonardo. *Igreja, Carisma e Poder*. Petrópolis, Vozes, 1981.

(62) LIMA, Alceu Amoroso. "Educação, instrução, cultura" in *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação*", cit.

dos seres humanos integrados num todo único — a nação — e se é a educação que “faz” o homem, então não há como não se colocar a Universidade como carro-chefe na luta pela condução do Estado.

Hoje, apesar dos remanescentes liberalóides (homens mortos no tempo, conquanto vivos no espaço), tem-se como necessário que o Estado — conceituado como instrumento de construção das sociedades nacionais — deve estar *presente* em tudo. Logo, também na educação. Donde admitir-se, com LOURENÇO FILHO (63), “uma educação planejada, organizada, executada e controlada no sentido dos fins sociais”. Esse planejamento, hoje, é incontestável. Desse modo, entre os planos do Estado, situa-se o plano educacional. É através desses planos todos, devidamente inter-vinculados, com vistas ao desenvolvimento global da sociedade, que o Estado opera. Assim, não só a economia deve ser dirigida, também a educação, inclusive para o domínio e a humanização da economia. Pelo que a educação há de enquadrar-se em uma ideologia: “O ideal, portanto, deve governar toda pedagogia. Esta não é mais do que a formação do homem, a sua preparação para a vida. Ora, só se forma uma coisa para certo fim. Só se prepara uma coisa sabendo-se para que se vai preparar. Por isso, é necessário que haja, previamente, uma finalidade, um objetivo, um ideal a atingir”; diz ALCEU AMOROSO LIMA (64), e adianta: “a pedagogia se forma de acordo com a nossa concepção da vida”.

As instituições não se movimentam por si, mas por seus agentes. Esses agentes são os homens. O Estado será o que forem os homens que o dirigirem. Donde a importância política da Universidade, onde se formam as elites dirigentes do país. E só homens superiormente formados na Universidade, por esta equipados em conhecimentos e técnicas, e homens dimensionados por uma convicção ideológica, estarão em condições de bem gerir os negócios do Estado.

Entre outros, o povo alemão soube compreender essa verdade e buscar na Universidade a força recuperadora de que necessitou, em difícil momento de sua história. É o que nos conta GEORGES GUSDORF (65): “Após a derrota de Iena, em 1806, a Prússia, massacrada pelas tropas de Napoleão, e preocupada com seu soerguimento nacional, concebe o projeto admirável de recuperar pela força do espírito uma superioridade que ela havia perdido no campo de batalha. A fundação da Universidade de Berlim, em 1810, é uma resposta ao desafio de Iena. O filólogo Guilherme de Humboldt, encarregado de preparar a nova fundação, consultou nessa ocasião os melhores espíritos de sua época. Ele mesmo declarou que a grande tarefa de soerguimento nacional pedia, para ser levada a bom termo, uma categoria de homens de ciência e de razão, cujo

(63) LOURENÇO FILHO. “Estatística e educação” (Conferência realizada no Curso de Informações do IBGE, em julho de 1938) in *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação*, cit.

(64) LIMA, Alceu Amoroso. *Ob. cit.*

(65) GUSDORF, Georges. “Crise da Universidade e crise de valores”. cit.

espírito teria uma amplitude suficiente para ultrapassar sempre os problemas técnicos, nos diversos postos aos quais teriam acesso em seguida. Estes homens, de uma formação superior para além de suas responsabilidades imediatas, não perderiam de vista suas responsabilidades fundamentais com relação à situação global do país". O que conseguiu a Alemanha, depois disso, todos sabem, pois constituiu-se, sob todos os aspectos, uma potência de primeira grandeza no cenário internacional.

Por tudo isso, já compreenderam, hoje em dia, os verdadeiros estadistas — isto é, os políticos autênticos — “que todo Poder responde a um sistema de valores sócio-políticos” (66). Conseqüentemente, quanto mais altos esses valores, tanto melhor o sistema. O Poder, em si, é neutro, só se qualifica pelo fim a que serve. Dessarte, o que se tem a buscar, pelo Poder, é a implantação social daqueles valores que marquem um posicionamento humano do Estado frente aos problemas sociais, econômicos e políticos: “El Poder — acrescenta BLANCO — no puede reducirse a fuerza ciega, bruta. Esta fuerza material debe estar pleagada a unas normas, y las normas promulgadas en función de una cierta ideología”. É a ideologia que propõe os rumos. Mas uma ideologia é uma filosofia política, ligada à filosofia geral. A experiência sugere que a ideologia a implantar é o humanismo integral, que repele as ideologias totalitárias, comunista ou fascista, e a ideologia demoliberal, esta a humana, as outras inumanas.

Urge, assim, que nos libertemos, de uma vez por todas, dos prejuízos e dos preconceitos dos nossos “liberais”, intelectuais outrora *made in Coimbra*, hoje em Paris ou Washington, que vêem no Estado um Moloch pronto a devorar-nos. Que pregam a livre concorrência. Que condenam a intervenção do Estado. Que endeusam o individualismo. Que combatem o protecionismo. Porque esses homens estão culturalmente defasados. Daí a falsidade de suas posições. Daí a sua alienação. Fugindo às abstrações, aos mitos, ao irrealismo e ao “imperialismo cultural”, temos que reformular o nosso posicionamento político. Reformular, inclusive, o nosso próprio conceito de política, que anda bastante por baixo. Já advertia ALBERTO TORRES (67) que “a política precisa reconquistar a sua força e seu prestígio, fazendo reconhecer-se como órgão central de todas as funções sociais, destinado a coordená-las e harmonizá-las — a regê-las — estendendo a sua ação sobre todas as esferas de atividade, como instrumento de proteção, de apoio, de equilíbrio e de cultura”. Cabe-nos, assim, reintegrar a política em sua dignidade. Em sua natureza de ciência do Estado. Com o que estaremos, ao mesmo tempo, valorizando a ação política e justificando a sua alta função social. Dentro dessa compreensão, quando se fala em política, fala-se no Estado, que, em conseqüência, deve estar presente em todos os setores de atividade humana. Para bem de todos e de cada um. Por isso, o Estado tem de subordinar-se a uma ideologia, cuja definição há de ser feita em conjugação com a Universidade, através dos conhecimentos, descobertas e

(66) ANDE, J. BLANCO. *Teoria del Poder*. Madrid, Ediciones Pirâmide, S.A., 1977.

(67) TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.

técnicas que esta promove, em proveito da formação plena do homem e da sociedade.

O certo, como ensina FRANCISCO CAMPOS⁽⁶⁸⁾ é que "o futuro será o que a educação entender que ele seja". E aí está por que tanto insistimos na necessidade de informar o Estado brasileiro por uma filosofia cristã, e, ao mesmo tempo, nacionalista. O que seria conseguido pela conjugação de esforços e recursos de todos os órgãos do Governo, no centro dos quais, como dinamo desse movimento, há de ser colocada a Universidade.

Ainda recentemente o Ministro da Educação⁽⁶⁹⁾ reconheceu e proclamou que "estamos, todos, Governo e Universidade, submetidos indistintamente à mecânica inflexível do nosso ordenamento jurídico", e que "só sob o império desse primado poderemos contribuir para a evolução pacífica de nossas instituições e de nossa organização jurídica, de nossa estrutura política e de nossos padrões de desempenho econômico e de garantias sociais".

É assim, realmente. Acontece, todavia, que ainda estamos todos, povo, Governo e Universidade, submetidos a um ordenamento jurídico encaixado no sistema capitalista demoliberal, inspirado numa ideologia política agnóstica, individualista, imediatista, inorgânica, atomística, que, na prática traduz-se numa sociedade dividida em classes privilegiadas e classes desafortunadas, isto é, numa sociedade desumana, e, nela, a Universidade — como não poderia deixar de suceder — se ressentida dessa ambiência política opressiva, escravocrata, egoísta e deletéria.

Repitamos, então, mais uma vez, por necessário, que a sociedade nacional se completa no Estado. Este não é uma ficção, é um ser vivo. É a nação realizada política e juridicamente, a nação atuando como um ser consciente e responsável, como uma pessoa. Pois o Estado, conforme a sua forma e a sua estrutura, pode *construir* a nação ou *impedir* a sua construção. Há, por isso, de ser natural. Quer dizer, um Estado humano, mas que igualmente, corresponda às necessidades típicas dessa parte da humanidade localizada nesse espaço em que o Estado se instalou. É que só o verdadeiramente nacional é verdadeiramente humano, visto ser a sociedade internacional constituída de todas as nações, ligadas pelo que têm de humanas e diferenciadas pelo que têm de nacionais. Há, pois, o Estado brasileiro de, sem perda de sua substância humana universal, espelhar as realidades nacionais. Ora, a nação brasileira tem, como tônica, a sua qualidade cristã. Nossas origens, nossa formação, nosso caráter, nossa alma, têm raízes no apostolado evangélico. E o Estado tem que respeitar essa realidade. O Governo, inclusive pela Universidade, há de perseguir, através de caminhos cristãos, objetivos cristãos de vida.

Se não nos convenceremos dessas verdades, se fugirmos à nossa natureza humana e à nossa condição brasileira de vida, se não definirmos uma razão universal de vida e um rumo nacional de vida, se, pois, dentro de nosso condicionamento geoeconômico, não nos guiarmos por uma visão huma-

(68) CAMPOS, Francisco. *Disc. cit.*

(69) MACIEL, Marco. "Movimento estudantil e reforma universitária", *cit.*

nista das coisas, nada conseguiremos, porque “sem uma orientação total que desça ao íntimo das consciências onde se elaboram as decisões dos grandes rumos, todas as esperanças de reconstrução social estão fadadas a um malogro inevitável” (LEONEL FRANCA) (70). Essa orientação total “que desça ao íntimo das consciências, onde se elaboram as decisões dos grandes rumos” é a orientação cristã de vida. Na base da conduta dos homens está, pois, a preocupação com as causas e com os fins da vida, logo de seu destino. Por isso mesmo afirma, ainda, LEONEL FRANCA (71), “queiramos ou não, consciente ou inconscientemente, é uma visão filosófica da vida e uma compreensão metafísica do mundo que norteiam a nossa atividade. Todos os problemas, econômicos e políticos, morais e sociais, resolvem-se, em última análise, em problemas *humanos* e pedem soluções *humanas*, inspiradas num conceito da natureza e dos destinos do homem”.

Aí o ponto crucial do problema político impossível de resolver sem o concurso da Universidade: o delineamento de uma filosofia política a seguir, de modo a se conseguir humanizar o Estado. No caso brasileiro, havemos de nos guiar pelo cristianismo. O cristianismo como filosofia de vida. Como compreensão do homem e do universo. O cristianismo nos dá uma visão ampla, profunda, perfeita, do homem e do mundo. Tudo está em projetar politicamente na sociedade os seus princípios, o que é tarefa do Estado, através, principalmente, da escola.

O homem, pela ideologia cristã, procurará construir a sociedade à sua imagem. E fora do cristianismo não se alcançará uma sociedade autenticamente humana. O progresso científico, numa sociedade pagã ou agnóstica, pode, em vez de favorecer, prejudicar o homem. Sem uma finalidade superior a perseguir, a sociedade sucumbe ao egoísmo. Não adianta ir à Lua, nem conquistar os espaços celestes, nem penetrar os mistérios do átomo, se isso não for feito com vistas ao bem da humanidade. Em uma sociedade materialista, como as totalitárias e a liberal-democrata, as conquistas científicas — divorciada a ciência da filosofia, de uma filosofia humanista — acristã, podem até ser usadas contra o homem. O que, por exemplo, hoje se pretende, pelos foguetes, mísseis, satélites, raios laser etc. é o *domínio do mundo*. É a ciência deveria ser usada exclusivamente para *libertar* o mundo. *Libertá-lo* do medo, da fome, da violência, das injustiças. A energia atômica, numa sociedade realmente cristã, poderia fazer milagres em benefício da humanidade. Num mundo materialista, serve para destruir Hiroximas... É que, adverte, ainda, LEONEL FRANCA (72), nessa crítica definitiva: “a ciência põe-nos nas mãos elementos preciosos de progresso, mas não nos oferece uma norma que oriente a maneira de utilizá-los. Cientificamente vale tanto o laboratório químico que manipula lenitivos ao sofrimento humano como o que prepara gases asfixiantes para martirizar populações indefesas. A ciência é bela, é esplêndida, mas é também neutra e pode ser desumana sem deixar de ser ciência. Arma-nos com uma técnica formidanda, mas não nos infunde um

(70) FRANCA, Leonel. *A Crise do Mundo Moderno*. Rio, J. Olympio, 1942.

(71) FRANCA, Leonel. Ob. cit.

(72) FRANCA, Leonel. Ob. cit.

dinamismo moral. A filosofia e a religião está reservado o reino dos valores e dos fins que julguem os meios subministrados pelo conhecimento e pelo domínio das energias da natureza”.

O valor da ciência é, como se vê, um valor circunstancial. Pode valer para o bem ou para o mal. Tudo depende da filosofia, que integra, supera e dimensiona todas as ciências. Mas a filosofia está sendo esquecida. Atualmente, a Universidade é quase só ciência. Urge, portanto, que a Universidade seja também, e sobretudo, filosofia. E essa filosofia não pode ser outra senão aquela que informa o Estado, de que a Universidade é órgão fundamental. A Universidade tem, assim, uma responsabilidade política inquestionável, pois a ela cumpre, pelo desenvolvimento cultural, possibilitar a permanente atualização das instituições.

Diz CREUZA CAPALBO (73): “A Universidade não é uma abstração. Ela surge, a História nos ensina, como um produto cultural e político de uma sociedade determinada. Por isto a questão da reestruturação da Universidade brasileira não pode se dissociar da questão política. Não se trata da política de partidos, mas sim de concepção política da sociedade. Qual o tipo de sociedade com a qual ela está vinculada? Qual a aspiração política da sociedade brasileira? Liberal democrata? Social-democrata? Socialista democrática? Socialista popular? Democracia da maioria anulando a participação das minorias? Unitária e dominante de uma dada ideologia? Pluralista?” A resposta a essas indagações indicará os caminhos e apontará as soluções. Pois a Universidade está inscrita num contexto político. Não age por si e para si, e sim em função de um projeto a ser alcançado pela sociedade em que se insere. É uma entidade encaixada na estrutura do Estado e valendo como um elemento dinamizador de todas as atividades, tendo em mira o aperfeiçoamento global da sociedade. O que se tem em vista é o bem comum. A Universidade estuda todas as eras, mas se coloca em uma era determinada, num tempo próprio; tem uma visão global do mundo, mas vê o mundo de um prisma nacional, também, pois se localiza num espaço político específico; é, por natureza, uma instituição universal, porque humanística, mas tem que operar, igualmente, em função das necessidades do homem posto num tempo e num espaço, do homem que tem uma “raça”, um idioma, uma história. Do homem que pertence a uma nação. A Universidade não pode ficar à margem da história, é um produto desta, em dado momento da vida das nações. A Universidade é uma resposta a um desafio: resposta cultural a uma proposta política. Dentro do Estado, labuta no sentido da realização de um projeto existencial que cabe ao Estado para determinado povo. Universidade e Estado não, portanto, de agir em harmonia. A Universidade firma-se no Estado, serve-se dele e serve a ele. E, quando serve a ele, está servindo à nação que ele representa. Desse modo, se informado na ideologia cristã, o Estado busca uma sociedade humana superiormente organizada. Queremos um Estado brasileiro desse tipo. E, nesse Estado, o papel da Universidade será de um valor imensurável.

(73) CAPALBO, Creuza. *Ob. cit.*